

TATIANA QUINTANA SAMPER LOVATTO

**FAVELAS EM CAMPO GRANDE-MS: UMA PESQUISA
AÇÃO COM MULHERES DE BAIROS PERIFÉRICOS
PROTAGONISTAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO
CAMPO GRANDE – MS
2024**

TATIANA QUINTANA SAMPER LOVATTO

**FAVELAS EM CAMPO GRANDE-MS: UMA PESQUISA
AÇÃO COM MULHERES DE BAIROS PERIFÉRICOS
PROTAGONISTAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Defesa de dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação do Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel, defesa para obtenção do título de Mestre.

APOIO: BOLSA



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO
CAMPO GRANDE – MS
2024**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Favela Corpo Feminino: uma investigação conduzida por mulheres da quebrada”

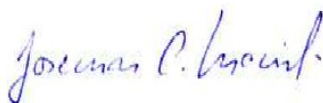
Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Diversidade na Dinâmica Territorial.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 05/04/2024

A presente defesa foi realizada por videoconferência. Eu, Josemar de Campos Maciel, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença virtual destes.



Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel (orientador)
Profª. Dra. Jacy Corrêa Curado (UFMS)
Profª. Dra. Juliana Couto Trujillo (UFMS)
Profª. Dra. Arlinda Cantero Dorsa (PPGDL/UCDB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

L896f Lovatto, Tatiana Quintana Samper
Favelas em Campo Grande - MS: uma pesquisa-ação com
mulheres de bairros periféricos protagonistas de desenvolvimento
local/ Tatiana Quintana Samper Lovatto sob orientação
do Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel.-- Campo Grande,
MS : 2024.
84 p.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) -
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande - MS,
2024
Bibliografia: p. 23-80

1. Desenvolvimento local. 2. Favela. 3. Mulheres.
4. Pesquisa-ação I.Maciel, Josemar de Campos. II.
Título.

CDD: 307.3364

Dedico às mulheres que compartilharam suas
experiências comigo

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar às mulheres da quebrada. Sem elas, as descobertas relatadas neste trabalho não teriam sido possíveis. Mulheres disponíveis ao encontro, mesmo que muitas vezes cansadas, mas que conservam a esperança do porvir. Não tenho dúvidas de que me tornarei mestre porque elas abriram o sorriso e os braços pra mim.

Aos meus pais, Elizabeth e João, primeiros professores e ativistas políticos a me apresentar um mundo encantado em meio à sociedade do desencanto.

Ao meu companheiro de vida, Felipe, que com muito amor e carinho me incentiva e comigo enfrenta os desafios do cotidiano.

Aos meus familiares, fontes da minha busca por aprovação e merecimento.

Às minhas amigas e amigos sem os quais eu não teria sido capaz de encontrar saúde mental para seguir adiante com tantos projetos e demandas que um trabalho de campo desdobra, associado às demandas de cuidados que inundaram minha vida de pesquisadora.

Às companheiras de trabalho da Casa da Mulher Brasileira com quem compartilhei aprendizados e angústias, que só quem trabalha na escuta da violência doméstica sabe.

Aos companheiros da CUFA CG/MS com quem construo entre concordâncias e divergências um trabalho social pautado no respeito e no sonho.

À Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT pelo fomento financeiro a esta pesquisa.

A mim pela persistência de construir relações com paciência e respeito aos limites do outro, priorizando a transparência e a confiança, essenciais para o êxito do modelo de trabalho que escolhi, ainda que nem sempre eu tenha recebido o mesmo nessa trajetória.

Aos que vieram antes de mim.

“ Não sou eu quem me navega,
quem me navega é o mar”
(Paulinho da Viola)

LOVATTO, Tatiana Quintana Samper. **Favelas em Campo Grande – MS: uma pesquisa ação com mulheres de bairros periféricos protagonistas de desenvolvimento local.** 2024. 84 p. Dissertation (Masters). Desenvolvimento Local, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2024.

RESUMO

O presente trabalho investiga a origem e formação das favelas de Campo Grande - MS, que se confundem com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, por meio da análise de um corpo documental e da pesquisa-ação com mulheres moradoras de favelas e de bairros periféricos. A pesquisa desvela as origens da ideia de que Campo Grande é a primeira capital sem favelas, pois, ainda que a resposta mais rápida leve à lembrança de um gestor público que usou fortemente deste slogan, a investigação **mostra** que há mais além disso. A pesquisa de campo e a trajetória da autora que é atravessada pela atuação na política pública para mulheres, ativismo político, trabalho social e incursões artísticas, revela que para tratar do tema favela é preciso, em primeiro lugar, escutar as mulheres que são profundas conhecedoras desses territórios e demonstram alto grau de organização e cuidados com as necessidades daqueles que moram nesses espaços. A partir dessa observação, a primeira pergunta que orientou a pesquisa foi: por que as mulheres lideram nas favelas, mas não nos espaços de poder? A partir dos achados apresentados, o trabalho pretende contribuir com estudos e formulações de estratégias que viabilizem a mudança da percepção e narrativas sobre favelas, em especial na cidade de Campo Grande - MS, e também promovam a ocupação de mulheres periféricas em espaços de tomadas de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: favela, desenvolvimento local, mulheres, pesquisa-ação

LOVATTO, Tatiana Quintana Samper. **Favelas em Campo Grande – MS: uma pesquisa ação com mulheres de bairros periféricos protagonistas de desenvolvimento local.** 2024. 84 p. Dissertação (Mestrado). Desenvolvimento Local, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2024.

ABSTRACT

The present work investigates the origin and formation of the favelas of Campo Grande - MS, that coincides with the creation of the state of Mato Grosso do Sul. The research was carried out by the analysis of a body of documents and action research with women living in favelas and peripheral neighborhoods in this city. The research reveals the origins of the idea that Campo Grande is the first capital without favelas, because, even if the quickest response leads to the memory of a public manager who used this slogan heavily, the investigation will show that there is more than that. The field research and the author's trajectory, which is crossed by Diswork in public policy for women, political activism, social work and artistic forays, will reveal that to deal with the favela issue it is necessary, first of all, to listen to women who have profound knowledge of these territories, demonstrate a high degree of organization and care for the needs of those who live in these spaces. Based on this observation, the first question that guided the research was: why do women lead in favelas, but not in spaces of power? Based on the findings presented, the work intends to contribute to studies and formulation of strategies that enable changing perceptions and narratives about favelas, especially in the city of Campo Grande - MS, and also promote the occupation of peripheral women in decision-making spaces.

KEYWORDS: favela, Campo Grande, women, discourse analysis, action research

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

- Figura 1. Marly Espínola, liderança da Favela Só Por Deus no 1º episódio da websérie Diário da Favela: lideranças femininas p.59
- Figura 2. Desenho do Mapa Petrônia, março de 2022 p. 67
- Figura 3. Mapa Maria Noroeste, abril de 2022 p. 68
- Figura 4. Desenho do Mapa Maria Bonança, março de 2022 p. 69

Mapas

- Mapa 1. Mapa de favelas, aldeias urbanas e quilombos atendidos pela Central Única das Favelas de Campo Grande - MS, 2021 p. 72
- Mapa 2. Mapa das favelas atendidas pela CUFA Campo Grande - MS, 2024 p. 72

Tabelas

- Tabela 1. Território de favelas mapeadas p. 73

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ARTIGO I - DE DESERTO à PRIMEIRA CAPITAL SEM FAVELAS: A formação do espaço periférico ao sul do Mato Grosso por meio da análise do discurso do movimento divisionista	13
3. ARTIGO II - PACATA E BELA, CAMPO GRANDE, A PRIMEIRA CAPITAL SEM FAVELA: análise do discurso através de entrevistas de gestores sobre favelas em Campo Grande - MS	26
4. ARTIGO III - E SE AS MULHERES CONSTRUÍSSEM A CIDADE: cartografia da escuta de mulheres da quebrada	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
7. APÊNDICES	82

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa sentipensante¹ realizada em diferentes momentos de trajetória profissional. Produzido por meio das escutas que realizei de mulheres diversas, e também da minha atuação como ativista da causa indígena, como articuladora sociocultural no SLAM Camélias e na Central Única das Favelas de Campo Grande, MS e finalmente como pesquisadora no Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Local na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, onde pude contar com financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT, ao qual sou grata.

É também produto de um movimento de circulação por territórios, desde quando atuei como servidora na Casa da Mulher Brasileira, visitando mulheres vítimas de violência doméstica e onde pude contribuir na concepção e implantação do Serviço de Acompanhamento Psicossocial Continuado - CONTE. O objetivo principal desse serviço era acompanhar as mulheres assistidas pela instituição após a denúncia na Delegacia da Mulher - DEAM, de maneira a responder e facilitar com que elas fossem capazes de romper o ciclo da violência. A partir desse momento, surgem as perguntas: onde se concentram as casas das mulheres vítimas de violência? Será que elas sabem que suas vizinhas também são vítimas do mesmo crime? E se soubessem, conseguiriam fazer algo para proteger umas às outras? Como é possível contribuir para que o habitat das mulheres seja mais seguro? A partir de então surge a hipótese de que haja respostas a questões de gênero a partir do território.

Mas é finalmente como estagiária de um trabalho voluntário na Central Única das Favelas de Campo Grande, MS que o território se revela como fundamental objeto de estudo transversal às questões de gênero, pois me deparo com o fato de que quase a totalidade das lideranças de favela, ou seja, de pessoas que cuidam e organizam as necessidades dos moradores de favela, são mulheres. E surgem as perguntas: por que nas favelas as mulheres exercem protagonismo como agentes de desenvolvimento local, mas não exercem cargos de poder? Como essas mulheres percebem o seu território? O que sabem e aprenderam sobre os moradores de favela? O que é possível fazer para que essas mulheres ascendam a cargos de

¹ A categoria do sentipensamento foi fundada na ciência social latino-americana por Orlando Fals Borda que afirma o encontro político entre coração e corpo, humano e não humano (PRÉVOST, 2019)

tomada de decisão ou mesmo, fazer com que suas perspectivas sobre seu território contribuam na construção de políticas públicas?

Mas antes, se fez necessário responder o que são favelas, uma vez que Campo Grande, MS tem uma fama persistente por décadas de que esta seja a primeira capital sem favelas. Através do percurso pelas teorias decoloniais e feministas, do enraizamento e da interseccionalidade, busquei sistematizar o conhecimento realizando uma pesquisa-ação de reconhecimento de território e das identidades das mulheres de periferia e também por meio da análise crítica do discurso de um corpo documental sobre a formação do Mato Grosso do Sul.

A presente dissertação é constituída por três artigos escritos de maneira independente, mas conectados pelo fio condutor: a investigação da origem e formação das favelas de Campo Grande - MS. O primeiro artigo faz uma análise de um corpo documental publicado a partir da década de 1930, momento em que o movimento divisionista que defendia a criação do Estado de Mato Grosso do Sul ganha mais força e evidencia a tentativa de apagamento dos povos indígenas e população negra ex-escravizada que aqui habitavam. Essa narrativa reflete a ideia de que Campo Grande, cidade que viria a se tornar capital do novo estado criado em 1977, não tem favelas. O segundo artigo realiza uma análise do discurso intertextual de ex-prefeitos da capital e assim evidencia que a ideia de que esta é uma capital sem favelas perpassa a narrativa de quase a totalidade dos gestores, além disso mostra que quando se trata do tema favela, os gestores públicos enfocam em questões de infraestrutura urbana e percebem seus moradores como fracassados e miseráveis. O terceiro artigo traz dados coletados na pesquisa-ação realizada com mulheres de favela e de bairros periféricos de Campo Grande, em dois momentos diferentes, uma *websérie* e a produção de uma cartografia do corpo-território. As mulheres trazem perspectivas diferentes sobre esse território e lançam luz sobre seus moradores, histórias, necessidades e capacidades.

2. ARTIGO I -DE DESERTO À PRIMEIRA CAPITAL SEM FAVELAS, A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PERIFÉRICO AO SUL DO MATO GROSSO POR MEIO DA ANÁLISE DO DISCURSO DO MOVIMENTO DIVISIONISTA

Tatiana Quintana Samper Lovatto
Josemar de Campos Maciel

Resumo: A capital do estado do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, é constantemente referida como a “capital sem favelas”. Essa denominação foi repetida no discurso consumido pelo público de massa, por gestores públicos e por veículos da imprensa, até ao ponto da naturalização, em que é usada sem ulteriores questionamentos. No texto que segue, operamos sua desnaturalização, seguindo um itinerário de investigação, que desvela uma tentativa de apagamento. O percurso de análise centraliza-se num pequeno corpo documental constituído por discursos e documentos veiculados, a partir da década de 1930, quando o movimento pela divisão do estado ganharia mais força, até ser efetivado pelo regime militar, ao final da década de 1970. Ao comparar esse corpo documental com diferentes estudos que se debruçam sobre o fenômeno da criação do estado de Mato Grosso do Sul e, conseqüentemente, sobre a ascensão da cidade de Campo Grande ao estatuto de capital, este estudo mostra a evidência da estratégia de silenciamento de histórias e de apagamento de identidades, sobretudo dos povos indígenas e de populações negras ex-escravizadas, na homogeneização das identidades na retórica da formação da sociedade sul mato grossense. Todo esse processo culmina com uma contração semiótica que é repetida como sendo de senso comum nos dias atuais, a saber, o hábito da negação da existência de favelas no perímetro urbano de Campo Grande.

Palavras chave: favela, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, análise crítica do discurso

1. Introdução

O interesse pela temática do texto que segue originou-se num estágio de trabalho voluntário da autora, junto à Central Única das Favelas de Campo Grande - MS, desde 2020, ano de início da pandemia de COVID-19. Naquele mesmo período, duas novas coordenadoras haviam assumido a instituição localmente, Lívia Lopes, bailarina da Cia Dançurbana e professora de artes da rede municipal de educação e Letícia Polidório, assistente social e integrante do SLAM Camélias, coletivo de mulheres que promove batalhas de poesia falada, do qual também foi parte.

A CUFA é uma Organização Não-Governamental originada na cidade do Rio de Janeiro, em 1998, e presente em todo o Brasil, além de Estados Unidos e alguns países da África e da Europa.

No contexto do estágio citado, foram experienciadas diversas situações. Em primeiro lugar, o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Para garantir que os moradores de favelas tivessem condições adequadas de proteção, a organização criou duas frentes de trabalho prioritárias: entrega de kits de higiene, máscaras e alimentos, em articulação com ONGs, movimentos sociais, órgãos públicos, grandes e pequenas empresas; e também ações educativas sobre prevenção ao contágio do coronavírus. Essas ações foram realizadas não somente nas favelas, mas também nas barreiras sanitárias de aldeias indígenas no interior do Mato Grosso do Sul.

As intensas ações da CUFA Campo Grande nesse período chamaram atenção da mídia que publicou algumas matérias a respeito e levantou o debate público sobre os problemas sociais enfrentados por moradores de favelas. E como consequência, em 2021, o então prefeito da capital, afirmou à imprensa que Campo Grande não tinha favelas (Correio do Estado, 2021). A declaração repercutiu entre sua oposição política e um vereador da cidade ocupou a tribuna da Câmara Municipal para ler o nome de cada uma das 38 favelas mapeadas pela CUFA até aquele ano (CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - MS, 2021).

Nesse fato aparece claramente um fenômeno que já ocorre de longa data, a disputa narrativa pela existência ou inexistência de favelas em Campo Grande, MS. Essa disputa atravessa as décadas e é um debate acompanhado desde a infância por muitos habitantes de todo o estado. Buscando em arquivos pela origem da ideia, a investigadora depara com um - pode haver mais - marco inicial da disputa. Trata-se do discurso da oligarquia do sul do Mato Grosso, responsável pelo movimento divisionista, que ganhou força na década de 1930, e buscava formar uma identidade originalmente sul mato grossense, apartada dos símbolos e valores da região representada por Cuiabá, centro do poder até aquele momento.

Com este artigo, avançamos a hipótese de que os valores e ideais contidos nos documentos publicados pelo movimento divisionista da década de 1930 reaparecem e ganham corpo, ressignificados, na estruturação da retórica oficial, ou seja, no discurso historicamente explorado por gestores da capital, de que Campo Grande seria a primeira capital sem favelas.

Outra hipótese que decorre da primeira e é sua complementar, é que a função desse discurso, em ambos casos, é a consolidação e a normalização da formação da identidade de um estado e cidade-capital em construção, como sendo modernos, desenvolvidos e imunes ao sub-

desenvolvimento e à pobreza, formados por povos estrangeiros fortes e oriundos de outras regiões do país, sem a participação de negros e indígenas.

2. Antes de não haver favelas, havia um deserto

Após a proclamação da independência do Brasil, a Província de Mato Grosso havia se tornado o maior estado brasileiro em área geográfica, possuindo 1.475.000 km². A economia da região era baseada na exploração de minérios e atividade agropecuária. A extensão territorial acabou por favorecer a disputa de poder entre grupos provenientes de diferentes partes do estado, e ao final do século XIX, com a abolição da escravidão e o início da República, um grupo oligárquico do sul do estado, ligado à atividade agropecuária, organizou-se em um movimento divisionista, defendendo que a região sul gerava a maior parte da riqueza, mas não recebia os benefícios da administração localizada em Cuiabá, no centro do Mato Grosso (Cimó Queiroz, 2006).

Após a inauguração da estrada de ferro Noroeste do Brasil em 1914 e a decadência da exploração de minério, na década de 1930, o movimento divisionista ganhou ainda mais força e a cidade de Campo Grande assumiu o protagonismo como polo comercial da região, papel que até aquele momento era desempenhado por Corumbá. A partir de então, Campo Grande ganhou o status de uma cidade em desenvolvimento, formada por uma nova elite de médicos, advogados e militares (Franco, 2009).

Em consequência da crescente disputa pelo poder político - que inclusive foi marcada pelo uso de armas e violência entre os grupos divergentes - o famoso sertanista, General Cândido Rondon, representante da região central do Mato Grosso, e da capital Cuiabá declarou, em 1934, em entrevista ao jornal Diário de São Paulo, que não havia motivos para a divisão do estado, pois a região sul não tinha recursos suficientes para se constituir como estado da federação e ainda encontrava-se em estágio pastoril (IHGMT, 2010). Revoltados com a declaração de Rondon, líderes do movimento divisionista publicaram um documento intitulado “A divisão do Mato Grosso: resposta ao General Rondon”, em que elencaram os motivos pelos quais a região sul estava sendo negligenciada pela administração de Cuiabá e por quê um novo estado deveria ser criado (Cimó Queiroz, 2006).

No documento, os divisionistas narram como as famílias de pioneiros provenientes dos estados de São Paulo e Minas Gerais e posteriormente, do Rio Grande do Sul, ocuparam o sul do Mato Grosso, além do trajeto percorrido e explorado por eles. Exaltam como os “filhos de outras terras” - termo usado por Rondon de maneira pejorativa - contribuíram para a formação

dessa sociedade, tais como japoneses, alemães, italianos, polacos, armênios, espanhóis e brasileiros de outras regiões. Não há menção às etnias de povos indígenas que habitavam esse território originalmente e nem às comunidades de ex-escravizados que se formaram na região da Serra de Maracaju, Dourados e Campo Grande, especialmente no período pós-abolição, ao final do século XIX.

Morando (2017), num panorama dos povos indígenas que habitavam o Mato Grosso do Sul desde o período pré-colonial até as migrações do século XX, menciona as etnias: Guaicurús, Kinikinau, Terena, Layaná, Guaná, Chané, Guató, Cayapó-Panará, Guarani, Kaiowá, Bororo, Ofaié, Kadiwéu, Chamacoco, Guarani Nandéva como ocupantes originários deste território. Dessas quinze etnias, de acordo com dados da SETESSC (2023), apenas oito ainda estão registradas no Mato Grosso do Sul, atualmente: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Atikum, Ofaié e Guató, sendo os Atikum provavelmente oriundos do Nordeste brasileiro por meio movimento migratório na década de 1970.

Na verdade, nas passagens em que o documento menciona etnias indígenas, não é para reconhecê-las como personagens que contribuíram por meio de sua estrutura social e saberes, com a formação dessa nova sociedade. Trata-se de algo que será sintoma de um movimento sistêmico e insidioso, a desqualificação discursiva de povos originários na construção dos discursos desenvolvimentistas.

Ribeiro (2022) vai dar a esse movimento o nome correto: racismo. Ao mencionar os Nhambiquara e os Bororo, a pessoa valorizada, devidamente identificada como militar, não como indígena, é o General Cândido Mariano da Silva Rondon, para exaltar o tratamento que ele dedicava aos povos indígenas - de fato, esse terena que prestou serviço militar foi o responsável pela criação do Serviço de Proteção ao Índio em 1910 e um dos responsáveis pela passagem do telégrafo por boa parte das terras do então denominado “sertão” (Frank, 2023). Já os costumes e modos de ser e fazer de Nhambiquara e Bororo são tratados como “tradições infantis e de um regionalismo inútil, [...] que só tem feito mal ao Estado por não ter objetivo de progresso”. (IHGMT, 2010, p. 27).

Convém sublinhar as coisas aparentemente inofensivas que se afirmam de passagem, que são movimentos tendentes à normalização. Quando um texto oficializado por meio de jornal, boletim ou notícia de circulação em um país que estava a caminho da busca de maior letramento em português, para a sua população, está-se fazendo com que o público leitor comum, trabalhador e dotado de acesso a algum tipo de recursos, acostume-se a pensar associando certas populações à marginalidade, e a marginalidade ao crime, normalizando também a punição e o extermínio por parte de agentes de repressão.

Existir diferentemente, pensar fora do ideário da ocupação e da monocultura, foram pensados, em determinado tempo e espaço, como não ter objetivo de progresso, o que fazia mal ao Estado.

Ainda de acordo com o mesmo documento, a ocupação dos pioneiros foi fundamental para a orientação das tropas brasileiras na Guerra do Paraguai (1864 - 1870) e consequente proteção desse território.

Os sulistas, como se autodenominavam, destacaram que ao sul do Mato Grosso fizeram a sua civilização ao construir cidades, estradas, igrejas, hospitais, escolas, pomares e pontes; e em algumas passagens, referem-se ao sul do Mato Grosso como deserto antes da chegada dos pioneiros, ou seja, como sinônimo de natureza indomada, ausência de sociedade, tecnologia e do que mais pudesse ser sinônimo de progresso:

Que é ser patriota? Não é fazer o que nós fizemos - povoar um deserto, vencer a natureza, tirar as riquezas, da terra, criar o bem estar geral, organizar cidades, sustentar, de modo útil a brasilidade da região, que o Governo da capital longínqua mal conhece. (IHGMT, 2010, p. 27)

No entanto, não se tratava de um deserto. A natureza não precisa ser vencida, apenas o discurso dualista politizou as formas de ocupação, excluindo povos nativos e diversos. As riquezas tiradas da terra em muitos casos foram enviadas ao exterior e não se criou riqueza com justiça social, e outros tantos problemas que indicam rasgos imensos no manto verde e amarelo que se reclama discursivamente como “brasilidade”.

Franco (2009) destaca que durante o governo de Getúlio Vargas (1930 - 1945), período em que o documento foi escrito, o culto ao nacionalismo foi utilizado como mecanismo de homogeneização, contribuindo com a fabricação de um sentimento de unidade nacional, com o preço de ocultar ou distorcer diferenças. Para tanto, órgãos oficiais de produção do conhecimento incentivaram discursivamente o chamado resgate do passado - na verdade, a fabricação ou exageração de aspectos de um passado -, através da criação de calendários comemorativos de acontecimentos importantes, mudança das diretrizes educacionais e o uso da literatura para a formação dos valores morais e cívicos.

Análises mostram que o prolongamento da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864 - 1870) e as pesadas perdas e derrotas do exército brasileiro, levaram a protestos em diferentes províncias do império e o alistamento de novos soldados ao corpo de Voluntários da Pátria se tornou cada vez mais difícil. Nesse momento, o império recorreu ao recrutamento de presos, colonos, populações pobres e principalmente dos povos indígenas, inclusive

provenientes de outras regiões do país, que tentaram resistir ao alistamento, mas acabaram por ceder, principalmente com o objetivo de lutarem pelo reconhecimento dos seus direitos à terra:

Foram principalmente as nações indígenas dessa região que se envolveram no conflito com o objetivo de defender seus territórios. Por isso, o recrutamento e o engajamento desses povos nas tropas brasileiras, ocorreu tanto de maneira voluntária quanto pela força. (Corradini, 2007, p. 102)

Além disso, estudos mostram que os povos Kaiowá e Guarani tiveram fundamental participação, tanto por meio do engajamento de sua mão-de-obra quanto pela apropriação que foi feita do seu conhecimento, para o êxito da Companhia Matte Larangeira, primeiro grande empreendimento do sul do Mato Grosso, instalada em terras indígenas, mas pertencente a não-indígenas. A companhia manteve o monopólio da exploração da erva mate e intenso poder político e econômico na região por 50 anos. (Ferreira & Falcão, 2021).

Em breves palavras, com estes acenos e rasgos históricos, destacamos que é notória a participação dos povos indígenas na construção do que viria a ser a sociedade sul-mato-grossense. Por meio do trabalho e da exploração de seus conhecimentos, contribuíram para o desenvolvimento e progresso dessa região.

Por outro lado, esses povos não foram vistos assim, como engajados e ativos colaboradores, mas como povos preguiçosos e reacionários, que não serviam ao progresso. O que não está escrito, mas está evidente nas entrelinhas, é que estavam autorizados os extermínios e os deslocamentos forçados. Resgatamos aqui o que nos aponta Carneiro (2023) para melhor compreensão dos dispositivos de racialidade que nos orienta para a compreensão dos mecanismos de apagamento de indígenas e de negros:

Dentre os elementos do dispositivo de racialidade, as múltiplas interdições das pessoas negras que, além de serem assassinadas intelectualmente, são interdidas enquanto seres humanos e sujeitos morais, políticos e de direito. Com a função de produzir exclusão, as interdições - presentes tanto na produção discursiva quanto nas práticas sociais - promovem a inscrição de indivíduos e grupos no âmbito da anormalidade, na esfera do não ser, da natureza e da desrazão, contribuindo para a formação de um imaginário social que naturaliza a subalternização dos negros e a superioridades dos brancos. (Carneiro, 2023, p. 14)

Outro grupo étnico que é ocultado pelo documento dos divisionistas como formadores da sociedade sul-mato-grossense, é o grupo representado pelas populações negras, africanas e afrodescendentes ex-escravizadas que se deslocaram até o sul do Mato Grosso após a abolição, especialmente para as regiões da Serra de Maracaju, Dourados e Campo Grande.

Investigou a história de comunidades negras rurais, urbanas e quilombolas do Mato Grosso do Sul, Santos (2010) e por meio da memória de descendentes, demonstrou as interações que ocorreram entre libertos da região sul do Mato Grosso e libertos migrantes do Triângulo Mineiro e do sul de Goiás. De acordo com o autor, essa interação levou à criação de Irmandades, redes de apoio mútuo e de interações políticas, socioeconômicas e culturais, baseada na tríade terra, família e trabalho que tinham por objetivo comum realizar o projeto camponês.

Dentre essas comunidades de negros libertos formadas ao final do século XIX e início do século XX, podemos citar :

- o Quilombo da Picadinha, fundado por Dezidério Felipe de Oliveira, na região de Dourados,
- o Quilombo São Miguel em Maracajú, primeira comunidade quilombola do Mato Grosso do Sul a receber o título definitivo de propriedade da terra, em 2011, após decreto presidencial;
- o quilombo Furnas do Dionísio, na cidade de Jaraguari, fundada por Dionísio Antônio Vieira, mineiro, ex-escravizado que chegou à região no mesmo período que José Antônio Pereira, fundador de Campo Grande (Guia Negro, 2023), e
- o quilombo mais conhecido da capital, Comunidade Tia Eva, fundado por uma ex-escravizada proveniente do sul de Goiás, que havia feito a promessa de erigir uma igreja em homenagem a São Benedito e, além disso, fundar uma comunidade para cuidar de outros negros libertos, caso esse santo lhe concedesse o milagre da cura. (Oliveira, 2017)

De acordo com relatos colhidos por Santos (2010), Dezidério, do Quilombo da Picadinha e seus familiares viajavam a Campo Grande com regularidade para fazer comércio e acampavam em uma zona rural formada por outras famílias negras, denominada Cascudo, próxima ao córrego Segredo, ubicado no que nos dias atuais constitui a parte baixa da cidade. Tia Eva também instalou sua comunidade ali. Estima-se, de acordo com relatos, que a área tenha ganhado o nome de Cascudo pois seus moradores não tinham sapatos, ficando com os pés grossos. Para sermos objetivas, “pé cascudo” não é um elogio. Na atualidade, um dos bairros localizados no antigo Cascudo, é o bairro São Francisco. A região do Cascudo aparece no relato de ex-prefeitos da cidade de Campo Grande como local em que se formaram barracos e favelas e enfrentava problemas com saneamento, em meados do século XX, conforme percebemos em entrevistas coletadas por Buainain (2006).

A partir desse dado, destacamos quatro aspectos importantes para a compreensão da formação do espaço dedicado a indígenas e negros ao sul do Mato Grosso.

O primeiro é a percepção de que as interações sociais nos quilombos eram interétnicas, foram consolidadas por meio do casamento, como o caso dos fundadores do Quilombo São

Miguel, em Maracaju, seja por meio da divisão do trabalho - enquanto os indígenas ficavam responsáveis pela lavoura, os negros cuidavam do manejo do gado (Santos, 2010). De acordo com o autor, “esses conhecimentos práticos, juntos, constroem um campesinato calcado em fatores étnicos”. (Santos, 2010, p. 178)

O segundo é o reconhecimento de que a atividade agrícola era a principal atividade econômica estabelecida nessas comunidades, construindo o que Santos (2010) chamou de “projeto camponês”, “ou seja, ter acesso à terra, nela trabalhar para a reprodução física e social, de sua família” (Santos, 2010, p. 181). Um tipo de atividade que associava a produção e o consumo à criação de comunidades e de configurações territoriais.

O terceiro aspecto é de que há um ponto em comum no discurso da elite oligárquica do sul do Mato Grosso com o discurso dos negros libertos que migraram para essa região. Nos relatos dos descendentes dos fundadores do Quilombo da Picadinha, aparece a ideia de que essa era uma “terra solta”, ou seja, uma terra sem dono, também chamada de terra indivisa, não cercada, não reclamada por possíveis proprietários nem defendida por putativos jagunços. Portanto, o sentido de terra solta assume outros significados para negros e brancos, enquanto para estes é sinônimo de terra a ser civilizada, para aqueles é sinônimo de espaço onde seria possível o exercício da liberdade.

O quarto aspecto importante obtido por meio do relato dos descendentes de escravizados, é sobre a qualidade do espaço que eles conseguiram ocupar - terras de baixo valor econômico, com pouca capacidade para produção agrícola e localizadas em áreas desvalorizadas do meio urbano, como é o caso da Comunidade Tia Eva, instalada na parte baixa da cidade, abaixo do trilho do trem. De acordo com Oliveira & Maciel (2017, p. 33):

Os trilhos da ferrovia criaram ou consolidaram uma espécie de divisão simbólica do espaço urbano de Campo Grande, revelando impactos como a divisão da cidade entre o lado de baixo, pobre, e o lado de cima, que apresentava as atividades mais significativas e as construções mais nobres.

Mais uma vez é importante ressaltar a entrelinha discursiva que naturaliza a ideia de um imóvel considerado como desejável, a partir de um discurso naturalizado. Ele deve ser nobre, ou seja, parecido com algo que lembre as cortes do país colonizador. Além disso, a nobreza de Portugal estava associada, também, a elementos presentes na arquitetura de origem francesa que imitava as ruínas da arquitetura grega, desde o barroco ao neoclassicismo. Diante da evidência da segmentação do espaço urbano, trazemos a contribuição de Carneiro (2023, p.21)) que propôs o conceito de dispositivo de racialidade como recurso para a interpretação

do apagamento racial ao afirmar que “raça/cor/etnia (em especial no Brasil) são variáveis que impactam a própria estrutura de classes”.

Aqui propomos que a compreensão das características do espaço onde foram fundados os quilombos do Mato Grosso Sul, seja fundamental para a compreensão da formação das favelas em Campo Grande, uma vez que o crescimento vertiginoso desse tipo de moradia na nova capital acontecerá em decorrência do êxodo rural, a partir da década de 1980 (Bittar, 1999). Além disso, as características sociais mostradas nas pesquisas de Santos (2010) sobre as relações interétnicas e a formação de redes de apoio por meio das Irmandades entre quilombos, são traços persistentes observados nas favelas de Campo Grande, conforme documentado em *websérie* “Diário da Favela: lideranças femininas” (2021) produzida por esta pesquisadora e publicada na plataforma de vídeos, *YouTube*. Ressaltamos ainda que as características encontradas na formação de quilombos e favelas no Mato Grosso do Sul também foram observadas por outros autores que pesquisaram a formação de favelas na cidade do Rio de Janeiro, como Campos (2010), Meirelles & Athayde (2014), Souza (2020) e Nascimento (2021). É possível até mesmo apontar que o racismo territorializado e institucionalizado está entre os vetores responsáveis pelos abismos que criaram o problema agrário no país, ou seja, que de certa forma, o racismo criou o Brasil (Souza, 2021).

Nascimento (2016) aponta que analisar as mudanças do modelo de economia escravagista para o modelo de trabalho livre sem considerar a cor da pele dos trabalhadores que viveram esse conflito social, pode levar os pesquisadores ao risco de reafirmação da história única. Visões que projetam para dentro da historiografia a suposta neutralidade das matemáticas podem até pensar que isso seria conveniente para normalizar um tipo de discurso dominante e eurocêntrico. Na verdade, trata-se de uma atitude que inviabiliza o conhecimento de uma sociedade racialmente diversa, reduzindo-a à hegemonia da branquitude ou à mestiçagem. Dificulta ainda a compreensão dos prejuízos à ascensão econômica de negros e indígenas, provocados pelo racismo, desde o século XIX até os dias atuais.

Mattos (1998) sinaliza que importantes estudos foram produzidos no Brasil sobre a população negra, especialmente a partir da década 1930, mas poucos registros e análises historiográficas foram dedicados ao conhecimento da experiência dos últimos escravizados e ao período de transição entre escravidão e libertação. Os principais estudos com este enfoque foram realizados apenas a partir da década de 1980, quase um século após a abolição.

3.A formação de uma identidade moderna e desenvolvida

Cimó Queiroz (2006), analisou o discurso do corpo documental publicado pelo movimento divisionista na década de 1930, composto pelo que segue:

-Manifesto aos habitantes do Sul de Mato Grosso, de 1933 e Manifesto da Mocidade do Sul de Mato Grosso ao Chefe do Governo Provisório e à Assembleia Constituinte e Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte, ambos de 1934.

Analisou também o documento que já mencionamos neste artigo, *A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon* e identificou o esforço de gênese discursiva de uma identidade sul mato grossense apartada da identidade oficial do Mato Grosso, atribuindo à população do Norte o estigma de bárbaros, ainda que tenham evitado utilizar esta palavra, mas lançando mão dos adjetivos *atrasado* e *carente* para definir a cultura atrelada à cidade de Cuiabá.

Com a efetivação da divisão do Estado ao final da década de 1970, no regime militar, a busca pela identidade sul mato grossense se firma em um discurso retórico, dedicado à celebração das elites locais, velhas e novas, mas sem o registro da contribuição de povos indígenas e negros.

4.Considerações finais

Identificamos, através do estudo aqui apresentado, uma relação discursiva na sistemática e oficial tentativa de apagamento e desqualificação da presença e contribuição dos povos indígenas e africanos na formação de cidades, empreendimentos e da cultura sul-mato-grossense, com o discurso sobre a inexistência de favelas em Campo Grande, uma vez que há uma relação semântica entre aquilo que a oligarquia agropecuária do sul do Mato Grosso chamou de deserto - quando na verdade existiam povos de diferentes etnias e quilombos ocupando produtivamente este espaço - e o apagamento da formação de favelas.

Na verdade, elas existem e existiram, ademais, foram numerosas ao longo das décadas formativas que chegam até aos dias atuais.

Convém assinalar que a formação de favelas em Campo Grande, se deu em consequência do êxodo rural, por meio da migração forçada de famílias descendentes de negros e indígenas, população majoritária de favelas até os dias atuais. Percebemos, portanto, que há um movimento de deslocamento simbólico e territorial entre quilombos, comunidades rurais interétnicas e favelas, tanto no Centro Oeste, como em outras regiões do Brasil.

O que diferencia Campo Grande e Mato Grosso do Sul de outras partes do país é que a colonização nessa porção de Brasil aconteceu posteriormente, criando no imaginário de bandeirantes, pioneiros e outros herdeiros da branquitude a ideia de uma terra sem dono, vazia, com uma natureza a ser domada e civilizada.

Além disso, por ser uma terra predominantemente colonizada ao final do período imperial e após o início da Primeira República, durante o princípio do capitalismo e processo de industrialização, o ideal de modernidade, progresso e desenvolvimento aparecem como principais dispositivos de racialidade a serviço do apagamento de povos originários e daqueles africanos transformados em cativos e seus descendentes. Em outras regiões do Brasil, o mecanismo de apagamento racial também se apresenta operante na historiografia, no entanto, através de dispositivos de racialidade conectados aos valores da Era Pré-Capitalista, dentre os quais destacamos a religião como dispositivo distinto.

Esperamos que o presente estudo possibilite a visibilização da presença e contribuição daqueles grupos étnicos a quem o protagonismo na construção do Mato Grosso do Sul foi negado e a compreensão da história e características de formação das periferias e favelas no Centro Oeste do Brasil.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Marisa. Da Promoção à Assistência Social. Campo Grande: 100 anos de construção. Matriz Editora: Campo Grande, 1999, p. 237 - 254

BUAINAIN, Maura Simões Corrêa Neder. Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - MS. 60ª Sessão Ordinária de 2021.

Disponível em

https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=181927030697715. Acesso em novembro de 2023

CAMPOS, Andreino. Do quilombo à favela: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. v. 500, 210

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CIMÓ QUEIROZ, Paulo Roberto. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). Revista Diálogos. DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 149 - 184, Maringá, 2006

CORRADINI, Cirlene Moreno. Os Guaikuru-Kadiwéu no Contexto da Guerra do Paraguai: fronteiras, relações interétnicas e territorialidade. Dissertação (Mestrado em História) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007

ESTADO DE MATO GROSSO. IHGMT - Instituto Histórico Geográfico do Mato Grosso - A divisão de Mato Grosso: resposta ao General Rondon, Cuiabá, 2010

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Povos Indígenas in Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania, 2023. <https://www.setescs.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso em outubro, 2023

FERREIRA, Eva Maria Luiz; FALCÃO, Mariana Silva. Os Kaiowá e Guaranis como Mão de Obra nos Ervais da Companhia Erva Matte Larangeira (1890 - 1960). Revista de História da UEG - Anápolis, v.2, n.2, p.94-110, jul./dez. 2013

FRANCO, Gilmara Yoshihara. O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana: 1920 - 1940. Dourados: Editora da UFGD, 2009.

FRANK, Eduardo Klock. Cândido Mariano da Silva Rondon e sua Obra. Núcleo Rondon UFGRS. <https://www.inf.ufrgs.br/rondon/?p=807>. Acesso em novembro de 2023

Furnas do Dionísio: como chegar e por que ir. . **GUIA NEGRO**. <https://guianegro.com.br/furnas-do-dionisio-como-chegar-e-por-que-ir/>. Acesso: outubro, 2023

NANTES, Alex. Prefeito Marquinhos Trad afirma que Campo Grande não tem favelas: de acordo com o gestor, a cidade tem áreas ocupadas que aguardam regularização. Correio do Estado, 2021. Disponível em <https://correiodoestado.com.br/cidades/prefeito-marquinhos-trad-afirma-que-campo-grande-nao-tem-favelas/392525/>. Acesso em outubro de 2023

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores Brasileiros e o “Paradigma da Ausência”: contribuições à História Social do trabalho no Brasil. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016

NASCIMENTO, Beatriz in. Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. São Paulo: Zahar, 2021

OLIVEIRA Machado, Mileyde Meneses; MACIEL, Josemar de Campos. Territorialidade e Biografia: ao redor de Tia Eva. Fronteiras: Revista de História, vol. 19, núm. 33, enero-junio, 2017, pp. 147-169 Universidade Federal da Grande Dourados

OLIVEIRA, Mileyde de Souza Meneses. Comunidade Tia Eva: bairro de negros e herança de fé. Dissertação (Mestrado em História) da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, 2019

MATTOS, H. Os combatentes da memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros. Tempo. Niterói. v - 3. n. 6. p. 119 - 138, 1998.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. Um País Chamado Favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. São Paulo: Editora Gente, 2014

MORANDO, Maria Agustina. Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul. Revista de Antropologia , [S. l.], v. 60, n. 3, p. 323-328, 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/141656>. Acesso em outubro de 2023

RIBEIRO, Rodrigo Barbosa. O racismo contra os povos indígenas: panorama dos casos nas cidades brasileiras entre 2003 e 2019. Mana, v. 28, n. 2, p. e282204, 2022.

<https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n2a204>. Acesso em novembro de 2023

SAMPER Lovatto, Tatiana Quintana; FREITAS, Karen. Diário da Favela: lideranças femininas. Canal CUFA MS. YouTube, 30 de março de 2021. Disponível em

https://youtu.be/2wIxKRyuYIo?si=uwK7V4WV8Qn_FzvV

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio. Fiéis Descendentes: redes-irmandade na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) do Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010

SOUZA, Jessé Freire de, Como o racismo criou o Brasil. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Renata. Cria da Favela: resistência à militarização da vida. São Paulo: Boitempo, 2020

3. ARTIGO II - CAMPO GRANDE, PACATA E BELA, A PRIMEIRA CAPITAL SEM FAVELA: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DE GESTORES SOBRE FAVELAS EM CAMPO GRANDE - MS

Tatiana Quintana Samper Lovatto
Fernando Batiston
Joelma Fernandes Arguelho
Josemar de Campos Maciel

Resumo: Desde a sua ascensão como capital em 1977, Campo Grande - MS é conhecida como a “Capital sem Favelas”, em consequência do discurso de gestores públicos e da mídia. No entanto, a cidade viveu diferentes crises habitacionais, em decorrência do êxodo rural e da deficiência de políticas públicas de moradia. Neste artigo, analisamos, intertextualmente, o discurso de gestores públicos sobre este assunto, a fim de trazer luz aos problemas habitacionais e responder se Campo Grande pode mesmo receber o título pelo qual se tornou conhecida por tantas décadas. Com o presente artigo, pretendemos contribuir para o debate da temática das favelas da perspectiva do Centro Oeste, uma vez que a maior parte dos estudos sobre o assunto se concentram em territórios nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e alguns estados das regiões Sul e Nordeste.

Palavras chave: favela, Campo Grande, análise crítica do discurso, Centro Oeste

1. Introdução

O texto que segue² pretende lançar luz sobre a formação de favelas e a questão habitacional na cidade de Campo Grande. A autora principal é psicóloga voluntária na Central Única das Favelas de Campo Grande - MS, ONG originada na cidade do Rio de Janeiro e presente em alguns países da África, Europa e também nos Estados Unidos. A CUFA é, hoje, um dos principais agentes de articulação política e econômica para a promoção das favelas na agenda de políticas públicas e de apoio do terceiro setor. Os outros autores são da área da arquitetura e da filosofia.

Em decorrência das intensas ações que a CUFA Campo Grande realizou no período da pandemia de COVID-19, para garantir que os moradores de favelas e as barreiras sanitárias formadas nas aldeias indígenas do interior do estado, tivessem proteção adequada, a imprensa passou a divulgar algumas matérias a respeito e levantou o debate público sobre os problemas sociais enfrentados pelos moradores de favela. No ano de 2021, em resposta a essas publicações, o então prefeito, Marquinhos Trad, declarou que Campo Grande não tinha favelas. Isso merece atenção, pois repete um curioso caso de normalização: O então prefeito não criou, mas repetiu um discurso há muito conhecido na cidade, consolidado especialmente após a gestão do ex-prefeito André Puccinelli. O que é falado pelos gestores municipais é repetido por agentes midiáticos, acostumando os ouvidos da população a uma evitação. Some o termo

² O presente artigo, contou com financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul - FUNDECT/MS.

“favela”, disfarça-se o problema, consolidam-se convenientes estruturas de discurso e de poder (Fairclough, 1995).

O grupo de *rap* Falange da Rima, lançou em 2011, uma música conhecida no cenário *hip hop* sul-mato-grossense, cujos versos dizem “Ontem faltou água, hoje faltou luz e no barraco de madeira alguém clama por Jesus. (...) A fome e a miséria persiste (*sic*) e você ainda vem me dizer que isso aqui não existe. (...) Bem vindo a Campo Grande, cidade pacata e bela, a primeira capital sem favela”³. A canção é uma denúncia sobre das condições insalubres de moradia em favelas formadas junto a lixões, além de condições degradantes de trabalho infantil, fome e violência policial, no contexto de uma oposição ao discurso oficial de gestores públicos. Apesar destes terem dado curso a supostos programas de desfavelização e realizado campanhas para conduzir a opinião pública a acostumar-se com a afirmação de que a cidade de Campo Grande seria a primeira capital brasileira sem favelas, não conseguiram extinguir de fato os problemas sociais relatados pelo grupo. A arte, neste caso, opõe uma experiência cotidiana a um discurso normalizador.

Além disso, a música também é um documento histórico que revela a tensão vivida pelos moradores de favelas e a disputa narrativa do imaginário popular. Este imaginário, e o consumo cultural dele decorrente, são mediados pelo discurso político e pela produção de diferentes artistas que percebem Campo Grande como uma cidade tranquila, bonita e diretamente ligada às belezas naturais do Pantanal. Tudo acontecendo como se as experiências da periferia não fizessem parte da cidade, e como se as belezas “naturais” não estivessem sob constante ameaça.

As operações relativas à construção e divulgação ou negociação de discursos são capazes de mediar emoções, cognições e o próprio processo de formação da identidade e do vínculo comunitário. Neste artigo, analisamos fragmentos do discurso normalizador, partindo de gestores públicos da capital ubicados em diferentes períodos históricos, a fim de trazer luz à questão das favelas em Campo Grande.

Além disso, pretendemos também produzir conhecimento a respeito deste tipo de território urbano na região Centro Oeste, uma vez que a maior parte das pesquisas acadêmicas a respeito se concentram na região Sudeste. O que acontece em Campo Grande talvez seja apenas um caso em um amplo horizonte de tensões coloniais.

2. Sistemas de organização social alternativos

³ Capital Sem Favela - Falange da Rima (2011)

O crescimento de favelas em Campo Grande está diretamente relacionado à sua ascensão como capital do Estado de Mato Grosso do Sul, quando o então general-presidente Ernesto Geisel dividiu em dois o estado de Mato Grosso, ao promulgar a Lei Complementar nº 31 em 11 de outubro de 1977. A criação do novo estado ampliou a concentração fundiária no campo e, diante da impossibilidade de competir com a agricultura mecanizada, pequenos produtores rurais se viram obrigados a vender suas terras a preços inferiores e buscar alternativas de sobrevivência nos meios urbanos, sobretudo como prestadores de serviços. Isso promoveu um extensivo êxodo rural e concentração populacional em algumas cidades do estado, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980 (Bittar, 1999).

Esse fenômeno das migrações promovidas pela modernização do capital e processo de desruralização já tinha sido analisado por Milton Santos (2020, p. 40), que alerta para a “ausência de direito a um entorno permanente”. Ou seja, diante das mudanças cada vez mais aceleradas pelo mercado, populações camponesas se veem sem recursos para competir com o avanço tecnológico e com a elitização dos métodos de trabalho induzida pela chamada “revolução verde”, e acabam inflando as periferias urbanas em um movimento desenraizador, de urbanização galopante e larga ampliação do consumo de massas.

Habitantes do campo se veem com menos direitos do que o homem da cidade, pois não têm acesso a políticas públicas de saúde e educação.

Com o êxodo rural, as famílias que chegavam à nova capital não encontravam emprego ou moradia e acabavam por erguer barracos precários, sendo obrigadas a viver em condições subumanas, sem saneamento básico ou condições de subsistência, ocupando lugares mais baratos, que ainda não foram alvo da especulação imobiliária, e que por isso mesmo, estão em situação distante e muitas vezes mesmo, esquecida.

A Vila Nhanhá, por exemplo, uma das primeiras favelas da cidade, contava com cerca de 300 famílias na década de 1980, de acordo com estudo realizado por estudantes da antiga Faculdade Unidas Católicas do Mato Grosso - FUCMT, sendo 50% provenientes do interior do Mato Grosso do Sul. (Bittar, 1999).

A definição do conceito de favela está em constante construção e disputa. Para Meirelles & Athayde (2014, p.41), a palavra foi originalmente utilizada para definir como “Um tipo de ajuntamento humano que resultava, principalmente, do aprofundamento das desigualdades e de políticas de Estado incapazes de absorver a mão de obra daqueles, pouco antes, liberados dos grilhões do sistema escravista”.

A favela aparece como atravessada pelo aprofundamento do hiato entre as elites e as classes mais carentes, por um lado. Além disso, a referência a um passado escravagista também é relevante, pois coloca em causa a necessidade de articulação da memória com o imaginário popular. As instituições e seus porta-vozes desenvolvem no discurso, terminologias e narrativas de apaziguamento, para que seja menos óbvia a omissão do Estado e a injustiça estrutural, na composição desse cenário precarizado de habitação. Outro exemplo, o Quilombo do Jabaquara, fundado em 1881 no perímetro urbano da cidade de Santos - SP, teria sido o primeiro conjunto de moradias de barracos enfileirados do Brasil. Desde então, já temos favelas, filhas legítimas dos processos de uma modernização subalterna. No entanto, o nome “favela”, encontra registro apenas a partir de um assentamento de ex-combatentes da Guerra de Canudos (1896 - 1897), que ao regressar à cidade do Rio de Janeiro, fixaram barracos em um morro da zona portuária. Devido à localização geográfica, passaram a chamá-lo de Morro da Favela, nome popular de uma planta bastante comum no interior da Bahia, cenário do combate (Meirelles & Athayde, 2014).

A formação de favelas no Brasil está intrinsecamente conectada aos quilombos, à abolição da escravatura e ao início da Primeira República. Beatriz Nascimento (2021), rejeita o conceito predominante na literatura de que os quilombos teriam, como principal função, estabelecer-se como espaços de insurgência e luta armada. Para a autora, quilombos são sistemas de organização social alternativos, baseados na autodefesa e na resistência como forma política, que representavam no período da escravidão, a possibilidade do exercício da liberdade e o fortalecimento da ancestralidade, com importante fator de identidade étnica e memória social do povo negro, oriundo de diferentes nações da África. Entre tensões e negociações, os quilombos conseguiam estabelecer alguns períodos de paz com a sociedade global, que possibilitavam as relações comerciais.

Ainda na perspectiva da autora, as comunidades negras rurais e as favelas representam uma continuidade física e simbólica dos quilombos, perpetuando padrões de organização comunitária, fortemente baseada em fatores étnicos e de isolamento da sociedade global. Souza (2013), aponta que a maioria dos libertos e seus descendentes exerciam trabalhos temporários como rendeiros, meeiros, artesãos, tropeiros, todas atividades ligadas à área rural, tanto por necessidade dos libertos, que tinham dificuldade de se inserir em outros contextos, como por necessidade dos fazendeiros que ainda precisavam de mão de obra. Focalizando o fenômeno na região Centro Oeste, os achados de Santos (2013, p. 45) mostram que:

O campesinato no Mato Grosso estava diretamente relacionado aos negros escravos, dessa forma somente esses, agora ex-escravos e seus descendentes, poderiam trabalhar a terra. Mesmo sem estarem na condição de escravos, os negros libertos ainda estavam inseridos numa estrutura ideológica hierárquica pautada pelas divisões estamentais típicas do regime escravocrata.

Com esses dados é possível assinalar a questão étnica e o decorrente racismo, presentes no fenômeno do êxodo rural, que levou ao processo de favelização na cidade de Campo Grande, MS. A população que ergueu favelas como única alternativa de sobrevivência na nova capital do Mato Grosso do Sul, é proveniente deste processo de aquilombamento e do campesinato negro, formado inclusive, mas não somente, por famílias interracialis de negros e indígenas, conforme Santos (2010) nos revelou em sua tese de doutorado.

Ainda sobre a constante construção e disputa do termo favela, no ano de 2023, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, realizou o I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil, em parceria com membros da Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, da Central Única das Favelas (CUFA), do Observatório das Favelas, do Observatório das Metrôpoles, do Museu das Favelas, além de pesquisadores de universidades, organizações da sociedade civil, Governo Federal e Ministério Público. De acordo com Franco (2023, p.1), coordenador de Geografia do IBGE:

Entre as alterações, a gente buscou tirar juízos de valores, a forma de ver a área como irregular, ilegal, que as pessoas estão erradas, porque a gente sabe que isso ajuda a construir narrativas. O que a gente decidiu apontar foi a questão do direito: as pessoas não têm seus direitos garantidos e a culpa não é dessas pessoas.

Essa perspectiva já era defendida por Milton Santos (2023), que refutava o conceito de oposição entre favela e centro, em que a principal função da favela seria fornecer mão-de-obra barata. Para o geógrafo, a favela é multiforme e mutável, capaz de produzir atividades, gerar soluções próprias em nível coletivo, para o enfrentamento das novas demandas de modernização tecnológica, de acordo com cada cidade e país. Ou seja, a favela não pretende vir a ser o centro e portanto necessita de sistemas de análise e interpretação formulados a partir de suas especificidades.

Além disso, ao longo de toda sua obra, Milton Santos (1926 - 2001) chamava a atenção para a transformação do cidadão em consumidor, por meio do avanço do capitalismo e para a formação espacial da cidade com extensos vazios urbanos de hospitais, postos de saúde, escolas, ou seja, áreas desprovidas de serviços essenciais para possibilitar a fluência da vida

social e individual, especialmente nas periferias. Também assinalava a confusão encontrada na literatura especializada entre direito à moradia e direito à propriedade privada.

Mas e quando a construção e disputa narrativa sobre favelas dá conta de sua inexistência? O que esse discurso pode nos revelar sobre os ideais de uma sociedade e sua relação com sistemas de organização social alternativos, como favelas e quilombos?

É o que pretendemos avaliar por meio da análise crítica de vinhetas de discursos de ex-prefeitos. Nossa unidade de análise documental centra-se no livro de entrevistas “*Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*” de autoria de Maura Buainain, publicado em 2006.

O livro conta com o relato de onze ex-prefeitos que administraram a cidade entre 1953 e 2004, ou seja, ao mesmo tempo ele possui a qualidade de ter sido organizado por uma autora e circulado oficialmente em forma de livro, e contém fragmentos de um discurso comum a gestores públicos da Capital de um estado. Com isso, é um bom documento de um modo de pensar bastante repetido e aceito em ambientes institucionais e populares ligados a Campo Grande.

Para essa análise, utilizamos como referencial teórico a assim chamada “Análise Crítica do Discurso”, sobretudo expressa em textos de Norman Fairclough (1995; 2001; 2010; 2012).

Essa forma de análise propõe uma abordagem não-procedimental aos textos e outras formas de discurso, sem propor um receituário específico. Mais do que isso, a partir de alguns pressupostos básicos, tentamos deslindar a teia de significados subjacentes aos componentes sintáticos, semânticos e lexicais do discurso, mas também elementos de retórica, como entonação, presença e ausência de ênfases, e outros elementos que podem compor uma trama.

O pressuposto básico e mais importante de toda a análise é a mútua imbricação entre linguagem, discurso e poder, ou seja, quem lança mão do uso da linguagem como técnica, tem a intenção de produzir um discurso que lhe seja útil para posicionar-se numa rede de poder, que é uma rede de circulação de significados.

A linguagem não é apenas uma ferramenta nem pode ser considerada assim, desde um ponto de vista objetivo, mas com foco nos processos de comunicação. Entretanto, desde uma perspectiva funcional, ela serve sempre ao processo de posicionamento de indivíduos nas redes sociais, que são redes de usos de significantes. Quanto esses indivíduos são detentores de algum tipo de poder, então o uso da linguagem tende a assumir o papel de pôr em circulação dispositivos retóricos ou de convencimento, para produzir a normalização de ideias, como as de que em uma cidade não existem favelas (Fairclough; Fairclough, 2012).

Por outro lado, enfatizamos também a importância e a necessidade de questionar e desafiar discursos dominantes, levando em consideração o contexto social, político e histórico na análise do discurso. De fato, a linguagem, considerada como uma forma de poder – poder comunicar-se, poder para aumentar ou diminuir a consideração de valor de determinados objetos, afastando ou aproximando grupos, promovendo ou demovendo identidades dos circuitos de visibilidade.

Além dos elementos ligados à apropriação da linguagem como ferramenta e produção de poder, é necessária também uma atenção ao contexto e à interdisciplinaridade. Isso pela importância da identificação dos diversos domínios funcionais da linguagem, tais como os propósitos dos atos de fala, os públicos escolhidos, e as condições de produção da linguagem, dos atos comunicacionais. Assim, no bojo de uma análise crítica do discurso, cabe uma consideração regressiva da forma como esses discursos estão organizados, e de elementos de sua gênese e contexto, pois podem ampliar a percepção de seus pressupostos e conteúdos nem sempre manifestos (Fairclough, 2010).

Assim, partindo do nosso corpo analítico, partiremos de uma consideração semântica, identificando algumas relações de uso da linguagem, seguindo para a determinação dos significados explícitos do uso das palavras e das expressões relacionadas à ideia de “favelas”. Nossa hipótese, confirmada no ato mesmo da leitura das proposições, é a de que ocorre um esforço retórico de mitigação, quando não de negação pura e simples, de uma realidade de fato.

3. A periferia na visão dos prefeitos de Campo Grande-MS

3.1.1 Negação que afirma

As palavras chave “favela, favelado e desfavelização” aparecem 220 vezes no corpo analítico de referência para o artigo. É um número expressivo e discrepante com a ideia de uma cidade que não possui esse tipo de moradia ou de sistema de organização social alternativo.

Observamos ao longo da análise que há pontos em comum no discurso dos diferentes prefeitos a respeito desses territórios, o que mostra uma coesão narrativa construída ao longo do tempo, tendendo a corroborar o sentido da negação ou da tentativa de esfumar a realidade das favelas.

Os cinco primeiros prefeitos analisados, governaram Campo Grande antes de sua ascensão como capital, portanto, anteriormente ao período de crescimento vertiginoso de

favelas. Mesmo assim, assinalamos que há registros da formação das primeiras favelas em meados de 1970.

3.1.2 Um suposto vazio

O Prefeito I, Wilson Fadul, governou Campo Grande entre os anos de 1953 e 1955. Nesse período, Campo Grande já era protagonista das relações comerciais, como verdadeiro polo, no sul do Mato Grosso, em decorrência das mudanças provocadas pela estrada de ferro Noroeste do Brasil, inaugurada em 1914.

Wilson Fadul era médico, natural do Rio de Janeiro e entrou na carreira política não por desejo, mas por ter se destacado como liderança com forte carisma popular, devido à sua disponibilidade em atender à população mais empobrecida, em um período em que havia poucos profissionais de saúde na cidade.

Em seu discurso, destacamos o motivo do crescimento para resolver um suposto vazio demográfico. Existe em seus discursos oficiais uma passagem, aqui destacada, em que atribui o crescimento de Campo Grande ao fim da Guerra do Paraguai (1864 - 1870), pois a região era desocupada, um verdadeiro vazio, o que traria, supostamente, riscos.

A ideia de vazio ou de deserto, também está presente no discurso do movimento divisionista do estado, que ganhou mais força na década de 1930 e pode ser observado no documento publicado em 1934 “A Divisão do Mato Grosso: resposta ao General Rondon”. O documento revela como as elites agropecuárias do sul do Mato Grosso não reconheciam a presença e a contribuição de povos indígenas e negros quilombolas que já ocupavam a região, mesmo antes da Guerra do Paraguai.

Ao discutir a percepção da pobreza, Wilson Fadul avalia as condições do Cascudo, área rural de Campo Grande, localizada depois da área que era então considerada como o fim da cidade, na região do córrego Segredo, formada predominantemente por famílias negras, onde fixou-se também a comunidade afrodescendente liderada pela Tia Eva, e até hoje essas populações discretamente afirmam ser a verdadeira fundadora da cidade de Campo Grande.

Estima-se, de acordo com relatos de descendentes de ex-escravizados coletados por Santos (2013), que o local tenha ganhado o nome de “cascudo” como referência a pés sem calçados, pois seus moradores terminavam com os pés engrossados, pelo fato de não possuírem sapatos. De acordo com Santos (2013, p. 44), “[...] na região da Vila de Santo Antônio de Campo Grande havia a separação espacial entre os negros que moravam no Cascudo, lugar “tipo um cativoiro”, referência a um lugar cheio de negros, e os brancos que moravam na vila”.

Na avaliação do Prefeito I, esse era um bairro pobre, mas não poderia ser considerado como favela pois não havia barracos, tampouco a vivência da miséria. Ele conta que chegou a essa conclusão porque, quando precisava fazer curativos em moradores da região, percebia que os mesmos apresentavam excelente capacidade de cicatrização, diferente de quando atendeu moradores de favelas do Rio de Janeiro, que em consequência da subnutrição, apresentavam dificuldades na recuperação.

Avaliamos que possivelmente pelo fato de os moradores do Cascudo exercerem a atividade rural, encontravam melhores condições de subsistência e alimentação, ainda que ocupassem um território de moradia inadequado. Nas palavras do Prefeito I: “O saneamento era precário. O problema de esgoto, no centro da cidade, estava, em grande parte, resolvido, mas não na periferia” (Buanain, 2006, p. 31).

Nesse relato, aparece claramente aquilo que Milton Santos (2020) alerta sobre a escassez de políticas públicas nas periferias do Brasil.

É importante destacarmos que apesar de a comunidade do Cascudo não ser uma favela, mas sim uma comunidade negra rural, onde também foi constituído o Quilombo da Tia Eva, analisamos o discurso do ex-prefeito Wilson Fadul sobre essa área em congruência com o que a autora Beatriz Nascimento (2021) postula sobre a correlação entre favelas, quilombos e comunidades rurais, já apresentado neste artigo, devido aos padrões de organização comunitária, baseada em fatores étnicos e de isolamento da sociedade global.

3.1.3 Depósito de estrangeiros fracassados

O Prefeito II, Wilson Barbosa Martins, governou a cidade entre 1959 - 1963. Foi advogado e liderança estudantil, filiado à União Democrática Nacional - UDN. Em sua visão, a cidade precisava se industrializar para não ficar pobre e a população ansiava pela novidade e pelo progresso. Os slogans de sua gestão foram “Campo Grande não pode parar” e “Campo Grande quer progredir”.

Afirma que havia um otimismo generalizado e a cidade crescia, contando com 60 mil habitantes à época. Nesse período, a população começava a ver os primeiros prédios verticalizados a serem construídos, como os Edifícios Nakao, Olinda e Korndorfer na Rua 14 de julho. O Edifício Nakao, inclusive, foi o primeiro a ter elevador, erigido para abrigar consultórios e escritórios de profissionais liberais que ali desejassem se instalar.

Outro aspecto que revela o apreço da população e de sua gestão pela modernização, é a afirmação de que não havia interesse pela preservação da memória, nem do meio ambiente,

uma vez que caçadores de outras regiões do Brasil vinham ao sul do Mato Grosso abater animais selvagens de maneira desmedida, o que não incomodava os fazendeiros. “Matavam bicho à vontade. Essas fazendas ficaram derriçadas. Não tínhamos mais perdizes, nem seriema! Acabaram-se as emas, acabaram-se os veados, acabaram-se as antas” (Buainain, 2006, p. 68).

Percebemos aqui a perspectiva da natureza como oposição ao progresso e à civilização, e portanto, se precisasse ser dizimada para alcançar o ideal de modernidade e garantir o distanciamento da pobreza, assim seria feito. Também podemos entender o significado de vazio e deserto, conceitos presentes no discurso das elites do sul do Mato Grosso como sinônimo de que o mato, que dá nome ao estado, representa a ausência de progresso. Natureza a ser domada. O vazio demográfico, repetido à exaustão em discursos oficiais para avalizar a invasão de terras indígenas nesses anos formativos do estado, é um mito, normalizado mediante uso intensivo de retórica e do concurso na mídia (Ximenes, 2016).

No que diz respeito à gestão municipal, do Prefeito II, Wilson Barbosa Martins estabeleceu um importante marco com a criação do Conselho Municipal de Planejamento e Urbanização, equipamento público responsável por estudar, planejar e propor soluções urbanas à cidade. Foi também o primeiro a reconhecer expressamente a existência de favelas em Campo Grande, associando-as ao fracasso da gestão urbana. Em suas palavras:

As favelas eram em muito menor número, mas existiam algumas em torno do córrego. Elas são uma praga mais terrível de anos mais recentes. É o êxodo do campo, é aquele que fracassa em outros municípios, em outros estados, que vem pra cá. Campo Grande constituiu uma atração muito grande, pelo período de ouro em que viveu, chegando a ter 50, 100 favelas. (Buainain, 2006, p. 85)

Um lugar retórico que aparece com clareza no extrato acima é o da favela como depósito de fracassados que vêm de fora, do campo ou de outros municípios. Os prefeitos têm dificuldade de reconhecer o objetivo para o qual receberam um mandato, tendendo a assumir a posição de protetores de uma parte da população, considerada boa, trabalhadora, e não digna de ser combatida.

Não é possível identificar no texto se a região de córrego à qual se refere é a região do Cascudo e a quantidade de favelas mencionadas diz respeito a décadas posteriores ao seu mandato. A percepção do gestor público do espaço da favela como praga e cheio de “pessoas fracassadas”, contribui para a estigmatização dos habitantes deste tipo de território, e para a normalização da ideia do inimigo interno.

Justamente aquilo que no ano de 2023, o IBGE, junto a demais órgãos públicos e sociedade civil, propôs que seja revisto. Além disso, nessa narrativa, a favela, assim como a

natureza e a memória se apresentam como obstáculos ao superior objetivo do desenvolvimento e do progresso. Tudo deve ser desbravado, ou seja, libertado de populações e animais não humanos bravios.

3.1.4 São poucas, quase não existem...

O Prefeito III, Antônio Mendes Canale, governou a cidade em dois momentos, um entre 1963 - 1967 e outro entre 1970 - 1973. Foi Bacharel em Direito, Ciências e Letras. Em sua entrevista traz muitas memórias dos projetos de saneamento, asfaltamento e outras obras públicas. Reconhece a existência de favelas, mas afirma que haviam poucas, e traz um dado novo ao mencionar a região da Sapolândia, onde atualmente fica o bairro Vila Taquarussu, como um dos locais de concentração de favelas.

Ali era um charco tremendo, me deu trabalho sanear, as inundações nas vilas Santo Antônio e Imá, eram uma coisa horrível! Fui à casa de uma senhora com três crianças. Era toda em palafita, levantada do chão uns 40 cm e a água estava querendo entrar pela porta. Eu lhe disse: “Olha, vou levar a senhora para uma escola. Mais uma semana, as chuvas passam. Ai nós vamos ver as providências que vamos adotar”. Ela me respondeu: “Não, prefeito, não vou sair daqui, senão vão levar o meu milho”. Ela estava guardando o milho que havia plantado e estava quase na época da colheita. Um negócio desse, parte o coração. (BUAINAIN, 2006, p. 129)

A forma estilizada do trecho acima nos permite identificar uma estrutura muito comum no uso do discurso em autoridades públicas brasileiras. Aqui, o gestor usa uma evidência anedótica, enquanto não se baseia em pesquisas, mesmo dispondo de organismos de estatística ao seu dispor. Prefere mobilizar a emoção de quem ouve, mostrando o bom prefeito que vai até a casa de uma mãe de três crianças. Mais, ele identifica-se como salvador ou pai dos pobres. A mulher apresenta um problema, o Prefeito, figura imensa, afirma que vai levar, ou que “vamos ver as providências...”. De qualquer forma, a pobre apresenta o problema – a “pobre” é o problema, que até corta o coração do gestor. Ademais, ele ainda resolve o problema, que era uma herança de outros gestores antes dele, ou da natureza, o “charco tremendo”. Estudiosos do charco teriam mais a dizer. Mas neste contexto anedótico, ninguém ouviria.

Aqui percebemos, novamente, a natureza como um obstáculo a ser domado em benefício do progresso, e a descrição das obras públicas de engenharia como êxito do desenvolvimento em detrimento do atraso. Na fala da moradora de favela, identificamos a atividade rural como uma alternativa de subsistência, no entanto, o foco do gestor para melhoria de vida daquela munícipe se restringe à garantia de abrigo e de obras de saneamento, seu olhar

não se volta para o potencial de modelo de organização alternativa explícito no encontro que teve com ela. Se ela possui um sistema de vida e um círculo cultural, uma rede de apoio e coisas quietas, nem se menciona.

Não pretendemos com essa análise afirmar que as obras de infraestrutura não sejam importantes para a população, mas lançar luz sobre os aspectos que não estão associados à fragilidade e carência, mas sim às forças e potencialidades dos moradores de favela, em especial, as mulheres. Essas forças são ignoradas por discursos cujo maior interesse não é interagir com a população de favelas, mas tirá-las do caminho do progresso, como se fossem obstáculos.

3.1.5 Uma luz. As escolas e as moradias contra os vermes.

Se até aqui o discurso dos ex-prefeitos associou Campo Grande, comunidades rurais e favelas aos conceitos de - vazio, fracasso e falta de estrutura - a entrevista do Prefeito IV, Levy Dias, traz novos elementos de percepção sobre os ocupantes desses territórios. Advogado de formação, governou Campo Grande em dois momentos, entre 1973 e 1977 e depois entre 1980 e 1982. Em sua entrevista, reconhece a existência de favelas durante sua gestão e menciona barracos de madeira extremamente pobres na região do Guanandy, à beira do córrego Segredo, que identificamos como a Vila Nanhá, nos tempos atuais e também cita a Favela do Querosene, na região do Horto Florestal. Essa região do Córrego Segredo irá aparecer no discurso dos próximos seis prefeitos como área focal para diferentes programas de desfavelização que irão acontecer e destacamos que até os dias atuais, é local de abrigo para população de rua (Diário Digital, 2023).

Levy será o primeiro prefeito a mencionar políticas públicas de educação e assistência social como projetos para atender os moradores da favela do Guanandy. Menciona a construção da Escola Municipal Plínio Mendes dos Santos que atendia 2000 crianças e a criação do Projeto SALVE, que nas palavras de Levy Dias “(...) foi um projeto voltado para as pessoas. É diferente de fazer um viaduto” (Buanain, 2006, p. 175). P

Pelo descrito na entrevista, tratou-se de um projeto dedicado ao combate à verminose e à desnutrição infantil. As escolas passaram a produzir merenda e a prefeitura adquiriu 65 km de brim para as mães costurarem o uniforme das crianças. Além disso, foram feitas parcerias para o atendimento médico e odontológico dos alunos, e a cobertura do projeto foi estendida para 14 unidades escolares na periferia, atendendo 18 mil crianças, de acordo com relatos do ex-prefeito.

Outra política pública mencionada pelo gestor, foram as moradias populares construídas com apoio do Banco Nacional de Habitação - BNH e o modelo de construção de casas da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB, porém ambas sob gestão do Governo do Estado. Ainda que o Prefeito IV, assim como os anteriores, recorra ao discurso de que haviam poucas favelas durante a sua gestão, chama atenção que ele seja o primeiro a tratar da questão na perspectiva daquilo que Milton Santos destaca ao longo de sua obra, o direito do morador de favela à cidadania ao acessar atendimentos de saúde e educação.

3.1.6 Favela, só se tiver beco.

O Prefeito V, Marcelo Miranda Soares, era engenheiro e governou a cidade entre 1977 - 1979 e após a divisão do estado do Mato Grosso, foi nomeado governador de Mato Grosso do Sul. Posteriormente tornou-se empresário rural. Era filiado ao ARENA. Em sua entrevista, nega a existência de favelas durante o seu mandato. Em suas palavras:

Na minha época, não tinha favela, nada. O bairro mais pobre de Campo Grande era a Vila Nhandá, com terrenos grandes e casas isoladas. Não era uma favela com becos. Existiam pessoas que moravam na beira do córrego, mas núcleos pequenos. Essa favela, ou Vila Nhandá, onde o Levy construiu o Colégio Heitor Castoldi, nós a asfaltamos inteira, levamos iluminação, urbanizamos a área a ponto de transformá-la em bairro. Só que, depois disso, rapidamente o número de favelas aumentou em Campo Grande. (Buanain, 2006, p. 239)

A fala do prefeito V está imbuída de uma confusão comum a respeito de favelas - a crença de que estas seriam apenas ocupações em morros, formadas por becos, característicos do Rio de Janeiro e outras cidades da região Sudeste. No entanto, até pela topografia de Campo Grande e de Mato Grosso do Sul, em que predominam campos abertos e planos, as favelas da capital são formadas predominantemente em áreas próximas a córregos pela disponibilidade de água. O ex-prefeito também menciona as obras de infraestrutura como um esforço para alçar a Vila Nhandá ao status de bairro, mais uma vez o olhar do gestor não se volta ao exercício da cidadania, mas sim às obras públicas.

O mandato de Marcelo Miranda teve um marco urbanístico importante com a contratação do escritório de Jaime Lerner, de Curitiba, para a elaboração do Plano de Estrutura Urbana de Campo Grande. Destacamos a partir de sua entrevista o projeto de Calçadão da Rua 14 de Julho, aos moldes da Rua das Flores em Curitiba, o que não foi bem aceito pelos comerciantes à época e acabou por não se concretizar; a definição das rotas das linhas de

ônibus, organizando o fluxo do tráfego da cidade, além de obras de drenagem das águas, asfaltamento e a criação de jardins e parques com o objetivo de humanizar a cidade por meio da arborização, característica que destaca Campo Grande até os dias atuais.

O Prefeito V também menciona os vazios urbanos como um desafio na administração da cidade e para tanto foi criada a Lei do Uso do Solo baseada no Plano Lerner que definia a espinha dorsal da cidade, e deu a estrutura básica da cidade, determinando o que e onde podia ser construído. Nas palavras do ex-prefeito:

[...] Campo Grande era muito espalhada. Era necessário fazer a cidade crescer mais ordenadamente e sem os muitos espaços vazios que tinha, que deveriam ser ocupados, adensados. Deveríamos ter, na época, uns 400 mil habitantes e uma taxa de crescimento de 10 a 12% ao ano, que era um crescimento extraordinário e exigia que o poder público fizesse investimentos capazes de evitar que a cidade perdesse a harmonia e leis que possibilitassem seu crescimento ordenado. (Buanain, 2006, p. 220)

A menção aqui colhida é confortável para justificar uma ocupação, mas baseia-se em um mito, debelado, o de que construir uma cidade seria o mesmo que ocupar territórios que esperam passivamente. Os verdadeiros vazios são os espaços que não recebem atenção de gestores nem de investidores (Carneiro; Silva, 2020).

3.1.7 Eldorado para quem?

Com a divisão do estado de Mato Grosso, Marcelo Miranda foi nomeado primeiro governador do Estado do Mato Grosso do Sul, pelo presidente da República. Os seguintes prefeitos Albino Coimbra, Heráclito Figueiredo e Nelly Bacha tiveram mandatos curtos e foram nomeados pelo governador do Estado, sem voto popular. Albino Coimbra governou a nova capital por um ano e meio, Heráclito Figueiredo não chegou a completar um ano de mandato e Nelly Bacha foi a primeira mulher prefeita de capital do Brasil, permaneceu no cargo por apenas dois meses.

O que há de comum no discurso dos três é a afirmação de que Campo Grande havia se tornado um Eldorado após sua ascensão como capital e com isso viu um grande processo migratório acontecer. As pessoas vinham em busca de emprego e melhores condições de vida. Como consequência, o número de núcleos com moradias precárias às margens do córrego Guanandy e de outros córregos, crescia, mas nenhum deles reconheceu que o número de favelas fosse expressivo.

Outro aspecto que chama atenção no discurso dos três prefeitos do período de transição é que, apesar de afirmarem que o número de favelas havia aumentado devido à migração em

busca de emprego, nenhum deles descreve programas bem estruturados de geração de emprego e renda como solução para o empobrecimento da população. Ao tratar do projeto de desfavelização, o enfoque permanece nas obras de infraestrutura: iluminação, asfaltamento e saneamento básico. Albino Coimbra Filho chega a falar do PRONAV, programa de educação profissionalizante e de atendimento ao menor abandonado (sic), dirigido pela primeira dama, Marilene Coimbra, mas não apresenta dados relevantes sobre a capacidade de transformação que o programa possa ter gerado.

3.1.8. Favelas que brotaram do nada

O Prefeito IX, Lúdio Coelho era agropecuarista e governou a cidade em dois momentos. De 1983 a 1985, quando foi nomeado pelo então governador Wilson Barbosa Martins e posteriormente entre 1989 a 1992, eleito pelo voto popular. Criou o Programa de Regularização e Assentamento de Favelas e a Empresa Municipal de Habitação - EMHA.

Em sua entrevista menciona a existência de 126 favelas durante sua gestão, o que chama atenção. Como é possível que uma cidade que tinha poucas favelas, ou até mesmo que não tinha favelas, passe a ter 126 na gestão seguinte? Elas não existiam ou não eram consideradas pelos gestores municipais? Essa questão é importante, pois é o problema que direciona a pesquisa deste artigo e nos faz retornar à música “Capital sem Favela” do grupo de *rap* Falange da Rima que trata da disputa narrativa criada em torno do slogan “Primeira Capital sem Favela” em contradição com a realidade vivida pela juventude periférica.

No material utilizado para a presente pesquisa, Lúdio será o primeiro prefeito a fazer um diagnóstico mais preciso do perfil dos moradores de favelas, que acaba por ser bastante condizente com os dados que temos atualmente no Brasil. Sobre as favelas, ele declarou:

Eu visitei muitas delas e brincava que a hora que eu mais gostava de ir lá era por volta das 9, 10 horas da manhã, porque quase não tem homem, só tem mulher. E a mulher sabe onde aperta o sapato. Eu conversava bastante com elas e constatei uma coisa que quase ninguém sabe: nessas favelas tinha uma quantidade muito grande de mães e mulheres largadas pelos maridos. Os maridos iam trabalhar nos garimpos e em outros serviços do norte do Estado, norte do Brasil, e nunca mais voltavam. Então, tinha uma quantidade grande de mulheres que tinham já passado por dois, três maridos, sem serem prostitutas. (Buanain, 2006, p. 308)

Aqui reaparecem os elementos do discurso do gestor mencionados em outro caso: a evidência anedótica, com falta de assessoramento de especialistas; a presença da autoridade

como alguém que vai até a pobre, com grande sacrifício e bondade, e outro elemento, o gênero. Aqui as mulheres são uma companhia mais desejável do que os seus maridos, porque elas “sabem onde aperta o sapato”, e tinham “passado por diversos maridos”, mas não eram “prostitutas”. Além de a pobreza precisar de legitimação, para o discurso da autoridade, também o sexo feminino.

Pela primeira vez nas entrevistas coletadas para o livro “Campo Grande: memória em palavras”, a hegemonia de mães solo nesses territórios é mencionada, dado que predomina até os dias atuais. O que nos faz lembrar do trecho de outro *rap* “Daria um filme, uma negra e uma criança nos braços, solitária na floresta de concreto e aço”.⁴ Um estudo do Instituto Locomotiva (2020) apontou que 5,2 milhões de mães habitam as favelas brasileiras, com uma média de 2,7 filhos. Os modelos de família monoparental, ou seja, aqueles que excluem a necessidade de uma relação conjugal, passam a ser reconhecidos legalmente pela Constituição de 1988. Até então, o termo mais utilizado eram “mães solteiras” (Borges, 2020).

A declaração de Lúdio traz importantes reflexões sobre políticas públicas e desenvolvimento econômico social. Se a maioria dos moradores de favelas eram migrantes em busca de emprego no Eldorado que Campo Grande havia se tornado, e a maioria dessas pessoas eram mulheres, quais possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de geração de renda seriam possíveis para elas?

O Prefeito IX pressupõe que o caminho mais óbvio seria a prostituição, o que é bastante revelador sobre o lugar destinado à mulher pobre. Mas na verdade, essa é uma pergunta que tem dificuldade de encontrar respostas até os dias atuais. A pesquisa “Coronavírus - Mães da Favela” realizada em 260 favelas em todos os estados do país pelo Instituto Locomotiva (2020), apontou que 87% dessas mulheres não teriam dinheiro suficiente para comprar alimentos para os seus filhos, após um mês sem renda. Destacamos com isso a importância de relacionar favela, gênero e geração de renda para a compreensão dos fenômenos que contribuem para a formação desses territórios.

Por meio da EMHA e do programa de Loteamento Social, a prefeitura de Campo Grande vendia lotes à população por valores sociais. Dentre as medidas adotadas por Lúdio para regularizar as favelas estavam a proibição da criação de novos loteamentos por 2 anos, uma vez que o crescimento desordenado e os vazios urbanos de Campo Grande eram uma preocupação já mencionada por prefeitos anteriores e a determinação de que os lotes fossem

⁴ Negro Drama - Racionais MC's

lavrados em nome das mulheres e de seus companheiros, independente de o mesmo ser marido ou não.

De acordo com o ex-prefeito, aquele que fosse embora, ficaria sem nada. Outro projeto relacionado ao processo de desfavelização durante os mandatos do Prefeito IX que nos chamou atenção, foi o Programa de Comodato, em que a prefeitura alugava áreas municipais e assentava famílias por prazo determinado com a exigência de que plantassem mandioca. De acordo com o ex-prefeito:

Mandioca era a cultura que eu fazia mais força para que eles plantassem, porque é a agricultura mais barata. Eu ainda brincava com eles, porque eles diziam: “Vão roubar toda a mandioca”. Eu respondia “Não tem importância, nós temos que plantar mandioca para as pessoas roubarem, os tatus comerem e ainda sobrar um pouco para a gente”. E sobrava muito. (Buanain, 2006, p. 312)

Essa passagem se destaca por tratar do tema da insegurança alimentar, ainda que a cultura da mandioca não seja suficiente para matar a fome da população de baixa renda. Foi a segunda estratégia de combate à fome mencionada nas declarações de ex-prefeitos. A primeira foi trazida por Levy Dias quando mencionou o programa de merenda escolar na região onde havia maior concentração de crianças favelizadas. O tema da fome, aliás, é pouco tratado pelos ex-gestores municipais. Destacamos ainda a percepção do ex-prefeito de que as favelas tinham potencial de autogestão e formação de laços comunitários:

Naquele tempo, o pessoal era mais pobre. Você pega o bairro da Moreninha, por exemplo, era barra pesada. Hoje, virou uma cidade. Naquele tempo não havia nada, hoje tem tudo. Essas favelas, o tempo vai passando e elas vão se consolidando, vão surgindo lideranças. Essas favelas mais antigas, por exemplo, têm líder, tem ordem, são arrumadas. (Buanain, 2006, p. 331)

A contraposição entre favelas como espaço ruim e indesejável, e cidade, como espaço de bem estar e progresso, é apresentada com clareza. Em outros termos, a entrevista de Lúdio Coelho chama atenção por se diferenciar da narrativa apresentada pelos outros gestores pois reconhece a predominância de mães solo como ocupantes de favelas, trata do tema da fome ainda que de maneira modesta, o enfoque em programas sociais como processo associado à desfavelização e o reconhecimento da capacidade de autogestão desses sistemas alternativos de organização, enquanto à época predominava o discurso da favela associada ao fracasso e à carência.

De maneira alguma pretendemos fazer juízo de valor da administração dos ex-prefeitos, mas sim avaliar criticamente seus discursos. Lúdio encerra a entrevista sem dizer quantas favelas ainda existiam ao final de seu segundo mandato.

3.1.9 Autocrítica e tentativa de definição do que seja uma favela

O Prefeito X, Juvêncio César da Fonseca era advogado e governou Campo Grande por dois mandatos, entre 1986 e 1988, tendo sido o primeiro dirigente eleito pelo voto popular após a redemocratização e posteriormente entre 1993 e 1996. Foi o responsável por importantes medidas que tinham por objetivo conduzir o crescimento planejado da cidade. Criou a Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande - PLANURB e sua posterior transformação em Instituto de Planejamento Urbano e Ambiental, o Conselho Municipal de Desenvolvimento e Urbanização e o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Declarou o centro da cidade Área de Interesse Cultural, e incluiu a Pensão Pimentel e o Sítio Histórico da Noroeste do Brasil no Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

Em sua entrevista faz uma autocrítica à sua gestão:

Mas, por outro lado, ficamos tão preocupados com a questão da estrutura urbana, que não conseguimos fazer um grande trabalho social. Só entramos na área da saúde criando os postos regionais. Já na segunda administração, atuamos mais profundamente na área social. (BUAINAIN, 2006, p. 351)

Depois de tantos prefeitos, aparece uma autocrítica, mesmo discreta. Na verdade, Juvêncio dá voz ao aspecto que temos apontado como crítica central à política de gestão da maioria dos prefeitos analisados por meio das entrevistas coletadas no livro utilizado como referência. Além disso, ele ainda fornece uma definição do que é favela:

Favela é aquela área densamente ocupada pela população, sem água, sem energia, sem regularização fundiária - nós trabalhamos muito mais na segunda gestão porque, na primeira, os três anos de mandato não permitiram isso. Na primeira administração nossa preocupação era regularizar as favelas existentes e evitar novas invasões. (Buanain, 2006, p. 360)

Essa definição está relacionada ao antigo termo denominado como “aglomerados subnormais” pelo IBGE, que contribui para a estigmatização da população que vive nesses territórios e que foi modificado em parceria com movimentos sociais em 2023.

As medidas para regularização das favelas durante os mandatos de Juvêncio foram análise topográfica, retirada de casas do meio da rua, asfaltamento, saneamento básico, eletricidade, ou seja, tudo que se refere à infraestrutura de um bairro. O ex-prefeito não menciona escolas, praças e emprego como políticas públicas atreladas ao processo de desfavelização. Nesse período, os jornais noticiavam que Campo Grande recebia verbas do governo federal para construção de casas populares a fim de resolver o problema das favelas. (Buainain, 2006)

O Prefeito X confessa, inclusive, improbidade administrativa, quando tomou uma decisão ilegal com relação à distribuição de lotes pela prefeitura. A lei de parcelamento do solo, nº 6766, exigia que os loteamentos tivessem minimamente infraestrutura de água e energia para serem aprovados na Secretaria Municipal de Urbanismo - SEMUR.

No entanto, Juvêncio decidiu aprovar o loteamento sem infraestrutura de água e energia, pois acreditava que assim ficaria mais barato para o trabalhador, viabilizando que ele permanecesse no terreno. Caso contrário, afirma que ele continuaria invadindo outras áreas. Assim foi feito nos bairros Zé Pereira, Dom Antônio Barbosa e Parque do Sol, esses dois últimos, conhecidos até os dias atuais como bairros precarizados, com alto índice de violência.

Em entrevistas informais, na elaboração deste trabalho, diversas pessoas mencionaram uma publicação do Correio do Estado de 1993 que estima em 100 o número de favelas em Campo Grande durante a gestão de Juvêncio. O número deve ser conferido, mas não é repetido oficialmente, nem é possível encontrar o jornal nos Arquivos Municipais.

3.1.10 Primeira capital sem favela

O último prefeito analisado, o de número XI, André Puccinelli, foi o que teve seu nome e imagem mais associados ao slogan “Primeira Capital Sem Favela” e isso não foi obra do acaso. Seus dois mandatos como prefeito foram fortemente concentrados no programa de desfavelização, que se tornou um de seus principais objetivos e fez declarações à imprensa, de que Campo Grande se tornaria a primeira capital sem favelas. (Folha de São Paulo, 2003). De um ponto de vista estritamente objetivo, relacionando a retórica ao programa de poder, podemos afirmar que a desfavelização era o projeto legitimador do voto popular que concedeu a Puccinelli a preferência em diversos pleitos eleitorais.

Médico por formação, antes de ser eleito prefeito, André Puccinelli foi Secretário de Saúde do governo Wilson Barbosa Martins, por dois períodos, 1987 a 1990 e 1991 a 1994. Também exerceu o mandato de deputado estadual por duas vezes. Foi eleito prefeito de Campo Grande por dois mandatos seguidos e administrou a capital entre 1997 e 2005. Dentre os projetos dedicados a reduzir o déficit habitacional, destacam-se “Mudando para Melhor”, “Construindo Legal”, “Meu Cantinho”, “Casa da Gente”, “Aldeia Urbana Marçal de Souza”, implementação do Programa de Arrendamento Residencial - PAR, em parceria com a Caixa Econômica Federal, execução do Projeto Multissetorial Integrado “Viva o Seu Bairro” e o Programa Habitar Brasil - BID Buriti - Lagoa.

De acordo com o ex-prefeito André Puccinelli:

Uma de nossas metas foi o desfavelamento. As inúmeras favelas de Campo Grande se localizavam, em grande parte, ao longo dos córregos, nos fundos de vale. Ao mesmo tempo em que urbanizamos a margem direita da Norte-Sul, retiramos os moradores que jogavam os efluentes sólidos no córrego, despoluindo-o em parte.

[...] Outra das nossas metas era investir maciçamente na questão da habitação, porque atingiríamos dois objetivos ao estimular a construção civil: dar trabalho à mão de obra menos qualificada, de difícil colocação no mercado e, ao mesmo tempo, alavancar a economia com a venda dos insumos necessários - tijolos, cimento, ferro, portas, caibro, prego, etc. Emprego de um lado, teto do outro. (BUAINAIN, 2006, p. 391 e 392)

A urbanização do extrato acima é inconclusa, pois obras de contenção dão testemunho de falhas estruturais que deveriam ser investigadas. Essas eternas obras de remediação na Avenida Norte-Sul, vizinhos a obras de parceiros comerciais do então prefeito, mostram a clara conexão entre a retórica, a legitimação e a efetividade do que deveria ser maciço, mas mostra-se como bastante poroso.

Na verdade, em termos conjunturais, André associa um grande projeto de geração de emprego ao processo de desfavelização. Entretanto, o processo possui diversos problemas. Por exemplo, uma vez que sabemos que a maioria das chefes de família em favelas são mães solo, como a geração de empregos na construção civil, dominada por homens poderia impactar essas mulheres? Entendemos que aqui – mais uma vez, não houve pesquisa demográfica, apenas eleitoral e anedótica. Além disso, em consequência, não aparece a perspectiva de gênero da gestão municipal para aplicação do projeto e que possivelmente a maioria das moradoras de favelas continuaram sem renda.

Um projeto muito importante realizado durante a gestão André Puccinelli foi o loteamento da Aldeia Urbana Marçal de Souza. Nas palavras do ex-prefeito,

isso reforça

[...] loteamento Marçal de Souza tem uma história engraçada. Convidaram-me a ir ao Tiradentes. A cinco minutos da Prefeitura, encontramos uma favelona, um amontoado de gente, detritos jogados onde os moradores tinham decidido, aleatoriamente, que seria a rua. Havia o campinho de futebol e um monte de casas agregadas. (BUAINAIN, 2006, p. 392)

André Puccinelli associa um arranjo habitacional de população indígena morando em condições precarizadas com uma favela e uma das ideias centrais que nos trouxe a essa pesquisa. Qual o lugar que o favelado, o indígena e o negro ocupam na sociedade?

Nesse sentido, retomamos o que nos diz Beatriz Nascimento (2020) que as favelas, quilombos, comunidades negras rurais - e ainda, as aldeias urbanas indígenas, mesmo constituindo territórios distintos, possuem um traço comum na sua relação com a ocupação

urbana, ou seja, marcam o espaço de resistência de organizações sociais alternativas, fortemente baseado em laços étnicos e isolamento da sociedade circunstante.

A área onde foi construído o loteamento Marçal de Souza estava sob custódia da FUNAI, que deveria construir a chamada Casa do Índio. Sem a realização da obra após o tempo previsto de dois anos, o órgão entregou o terreno à prefeitura, que construiu a primeira aldeia urbana da capital. De acordo com André Puccinelli:

Como a grande maioria dos moradores era índia (*sic!*), procurou-se caracterizar as unidades habitacionais como ocas. Numa visão panorâmica, essas unidades com suas varandas cobertas representam ocas hexagonais. Além da construção das moradias para 135 famílias, foi feita a urbanização da favela, com abastecimento de água e um Memorial, para que se possa manter a cultura indígena e produzir artesanato que lhes garanta o sustento. Na escola, se ensinam o português e o terena. Professores bilíngues mantêm a tradição de escrita e de fala dos terena. (Buanain, 2006, p. 393 e 394)

Convém notar elementos que deixam entrever, nas franjas da retórica oficial, que a pesquisa para uma importante iniciativa intercultural, a saber, a acolhida de uma comunidade predominantemente Terena, é realizada a partir de impressões de algum gestor que não tem informações sobre o assunto: “índias” é um termo bastante contestado pelas populações.

Além disso, a representação popular de que as comunidades precisam viver em “ocas” é bastante agressiva e descuidada em relação às etnias que habitam o Mato Grosso do Sul, sobretudo a Terena. Felizmente, o memorial tem sido apropriado pela comunidade Terena, que o tem transformado em lugar para preservação de cultura e circulação de seu artesanato. Atualmente, na cidade de Campo Grande, aldeias urbanas como Água Bonita e Estrela do Amanhã estão localizadas muito próximas à favela da Vitória, todas na região Noroeste (BatistotI; Latosinski, 2019).

Além do investimento na construção civil como estratégia para o desfavelamento e geração de empregos, André Puccinelli menciona que investiu na educação como projeto emancipatório, ao equipar a rede municipal de educação com computadores, a fim de diminuir a disparidade de conhecimentos entre alunos da rede pública e rede privada e também aumentou o número de postos de saúde.

4. Breve síntese de elementos do discurso

O pressuposto mais importante da análise crítica do discurso é a afirmação de que existe uma relação entre o poder e o que é falado. Em termos simples, o discurso, sobretudo se oficial ou preferido desde uma localização institucional, como palavras de alguém ungido com autoridade, serve para criar ou consolidar elementos dos sistemas que organizam a vida cotidiana das populações. Nos exemplos ou vinhetas ou mesmo fragmentos de discursos de prefeitos de Campo Grande, MS, que compuseram o nosso corpo analítico, ressaltamos alguns elementos, a seguir.

Em primeiro lugar, a relação entre a autoridade, que propela o discurso, o público que ouve, e a comunidade favelada. Todos os dez prefeitos assumem uma posição paternalista, mostrando-se como experientes gestores, ou como profissionais liberais que se sentem suficientemente qualificados, a partir da sua experiência profissional, para gerir e resolver problemas coletivos.

Em segundo lugar, a modalidade dos discursos. É sempre um discurso de tons messiânicos, com variações. Assim, seguindo os subtítulos atribuídos a cada prefeito, temos um discurso que justifica e tenta dar corpo a um mito, o de que os territórios do Centro-Oeste foram ocupados para resolver um vazio demográfico (Prefeito I).

Essa postura discursiva tem sido amplamente desmentida pela desocultação de esbulhos de terras e violência contra populações nativas. Um discurso alterofóbico, ou seja, que manifesta ódio ao estrangeiro e ao outro, distante ou diferente (prefeito II) e atribui às favelas o fracasso, definindo-as como sendo um repositório de estrangeiros fracassados que invadiu e emprestou ("[...] são uma praga [...]") os arredores da Cidade.

Um discurso que revela uma visão agressiva da intervenção social (Prefeito III), e rejeita a integração com o ambiente, entendendo a desfavelização como sendo uma doma, contra o "charco tremendo". Um discurso que entende a necessidade de construir moradias e escolas para assistir à população e debelar verminoses (Prefeito IV). Mesmo sendo aparentemente sensível, nota-se a agressividade do intervencionismo e a ausência da população. A escola citada não tem professoras, nem professores no discurso.

O discurso totalmente ignorante da geografia de uma favela, seja do ponto de vista humano, seja do cartográfico (Prefeito V). A favela só merece o nome, se tiver beco, como as favelas do Rio de Janeiro. Um discurso assustado por favelas replicantes ou zumbis, que "brotam do nada" (prefeito IX).

O discurso traz em seu intertexto a evidência da ignorância do gestor, em relação à própria cidade que administra. As favelas não brotam do nada, apenas não são notadas por assessores nem por gestores. Um discurso em que (Prefeito X) a favela é definida como "espaço

sem", espaço de carência, oportunidade para discursos messiânicos e empreendimentos eleitorais seguido de um discurso de exorcismo (Prefeito XI). Urge debelar a favela, desfavelar a cidade, higienizar e domesticar a mão de obra que existe nessas regiões.

Em terceiro lugar, os elementos metodológicos que aparecem no subtexto da composição dos discursos. A evidência nunca é baseada em pesquisa ou em dados de organismos oficiais, ou em entidades de produção e circulação de conhecimento, como Universidades ou Institutos de pesquisa.

Em quarto lugar, a forma como os discursos e as favelas se encontram. Trata-se sempre de um esquema ternário, com uma situação inicial, descrita como precária; uma intervenção, apresentada como sendo de remediação, salvação ou inclusão. Por fim, nas entrelinhas, o agente de poder manifesta o desejo de ser reconhecido como alguém que ajuda, salva ou qualifica a comunidade, que é apresentada como sendo hipossuficiente, frágil e necessitada.

Alguma leitora pode objetar à escolha do material para análise, que materiais oriundos de entrevistas concedidas a jornalistas ou a livros de divulgação, não são bem cuidados, e que deve haver materiais de qualidade melhor, disponíveis em outros âmbitos, para pessoal técnico ou outras instituições. Esse é outro ponto que nos interessa documentar com esta análise. Se a favela aparece, por um lado, como desqualificada, por ser frágil, violenta e precária, no discurso oficial, que primeiro a nega e, em seguida, usa-a como plataforma para promover-se, por outro lado, também o público que consome, idealmente, as entrevistas, aparece como sendo pouco exigente, em relação à qualidade das fontes.

5. Conclusão

Não é que não existem favelas, elas só não cabem no ideal de modernidade almejado pela sociedade campo-grandense de uma capital em construção. Por um lado, os discursos apresentados evidenciam uma atenção seletiva ao fenômeno habitacional e humano descrito como "favela". Ele vai aparecendo aos poucos, na medida em que salta cada vez mais aos olhos atônitos dos gestores que querem apenas administrar uma cidade limpa e bem arrumada, extensão de seus consultórios ou de suas plantações.

Essas favelas vão aparecendo, sucessivamente, como espaços de carência, para o exercício de políticas de legitimação moral dos gestores, que se mostram como sendo pessoas de iniciativa e de grande competência, além de serem tão dignos e tão dedicados à construção do bem comum, que até mesmo, pasmem a leitora, dignam-se a ir até as favelas.

Enfim, com um aceno para os tempos mais atuais, aos poucos elas se mostram como uma oportunidade para o exercício da competência administrativa, para obras de limpeza e para a reprodução de esquemas educacionais ou habitacionais que deram certo em cidades consideradas modelo, com prefeitos premiados e até mesmo, arquitetos. Campo Grande quer ser uma quase Curitiba.

O elemento que falta em todos esses discursos, e que é importante ressaltar, é uma escuta qualificada da favela, como ela é, como se mostra e se manifesta, como se movimenta e como sobrevive, apesar das tentativas de desqualificá-la. Assim, é urgente apontar para alguns elementos que não estão óbvios nos discursos, mas mesmo assim, merecem destaque, para propor outras investigações.

Uma verdade indiscutível, é que favelas existem, e que Campo Grande é uma capital com muitas favelas. Em seguida, é importante notar que essa mesma capital, ao menos aos olhos de seus gestores, sente-se muito intimidada pela presença das favelas, e tenta se desfavelizar.

Talvez o movimento de descer o morro, usando uma expressão oriunda do Rio de Janeiro, e ouvir o que a favela está fazendo, comendo, dançando e trabalhando, possa abrir outras perspectivas para as instituições, tão apressadas em negar fenômenos complexos. A partir desse olhar poderemos falar em territorialidade, desde um ponto de vista humano, e quem sabe até, em desenvolvimento local mas com o protagonismo de cidadãos e cidadãs.

REFERÊNCIAS

BATISTOTI, Aleida Fontoura; LATOSINSKI, Karina Trevisan, *O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande / MS. Rua 25 - 1. Junho/2019. Disponível em*

https://www.labeurb.unicamp.br/rua/paginasartigo/viewpagina?numeroPagina=1&artigo_id=136>. Acesso 19.03.2024.

BITTAR, M. *Da Promoção à Assistência Social*. Campo Grande: 100 anos de construção. Matriz Editora: Campo Grande, 1999, p. 237 - 254

BORGES, L. *Mãe solteira não. Mãe Solo Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina*. Revista Direito e Sexualidade, Salvador, v. 1, n. 1, 2023. DOI:

10.9771/revdirsex.v1i1.36872. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 03 fev. 2024.

BUAINAIN, Maura. S. C. N. *Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006

CARNEIRO, G. R.; SILVA, E. E. D. *Vazios urbanos: a não utilização dos imóveis municipais em Campina Grande e o descumprimento da função social da propriedade. urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 12, e20190294, 2020. <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190294>>.

DIÁRIO DIGITAL. *Lixo é retirado da Ernesto Geisel, mas usuários de drogas ainda permanecem na região: moradores da região reclamam que barracos ainda continuam na beira do córrego*. Geral. 26/11/2023. Acesso em 02/02/2024. Disponível em <https://www.diariodigital.com.br/geral/lixo-e-retirado-da-ernesto-geisel-mas-usuarios-de-drogas-ainda-permanecem-na-regiao>

FAIRCLOUGH, Norman; FAIRCLOUGH, Isabela, *Political discourse analysis. A method for advanced students*. London and New York: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman, *Critical discourse analysis. The critical study of language*. Second edition. Abingdon, UK: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman, *Language and power*. Second edition. London and New York: Routledge, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman, *Media discourse*. London: Redwood Books, 1995.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Em Campo Grande, Puccinelli afirma que reduzir déficit habitacional é prioridade; modelo é criticado: prefeito diz que acaba com favelas até 2004*. 20/01/2003. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2001200314.htm>
Acesso em 06/02/2024

FRANCO, Cayo. in BRASIL. *IBGE promove evento para discutir e rever o conceito de aglomerado urbano subnormal* in: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38042-ibge-promove-evento-para-discutir-e-rever-o-conceito-de-aglomerado-subnormal>. Acesso em 11/2023

INSTITUTO LOCOMOTIVA. *Agência Brasil: Pesquisa em favelas mostra que mães não conseguirão comprar alimentos*. 03 abr 2020 <https://ilocomotiva.com.br/clipping/agencia-brasil-pesquisa-em-favelas-mostra-que-maes-nao-conseguirao-comprar-alimentos/>. Acesso em 03 fev 2024

NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos*. São Paulo: Zahar, 2021

OLIVEIRA Machado, Mileyde Meneses; MACIEL, Josemar de Campos. *Territorialidade e Biografia: ao redor de Tia Eva*. Fronteiras: Revista de História, vol. 19, núm. 33, enero-junio, 2017, pp. 147-169 Universidade Federal da Grande Dourados

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio. *Fiéis Descendentes: redes-irmandade na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossenses*. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) do Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010

SANTOS, Carlos Alexandre Barboza Plínio. *Tia Eva: trajetória de vida de uma ex-escrava doceira*. Habitus, v. 11, n. 1, p. 37 - 52. jan./jun. Goiânia, 2013

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2020

SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023

SOUZA, E. História oral: memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. *História Oral*, 16 (2), 55 - 71, (não encontrei o nome da cidade), 2013
XIMENES, Lenir Gomes. *Os Terena e a escrita da história*. *Tellus*, (30).
<https://doi.org/10.20435/tellus.v0i30.319>, 2016.

4. ARTIGO III -E SE A MULHERES CONSTRUÍSSEM A CIDADE: CARTOGRAFIA DA ESCUTA DE MULHERES DA QUEBRADA

Resumo: A experiência profissional, nas políticas públicas para mulheres, no combate à violência doméstica, aponta para a necessidade de uma perspectiva territorial do fenômeno e uma concepção de protagonismo feminismo. Atravessada pelas incursões no ativismo político e em expressões artísticas, este artigo apresenta um relato etnográfico baseado em diários de campo na investigação sobre o corpo-território que será desenhado através da escuta de mulheres da quebrada com o objetivo de resultar novas possibilidades de pesquisa-ação e na necessidade de construção de um Núcleo Psicossocial com atendimento focado nas favelas.

Palavras chave: mulheres, quebrada, corpo-território, etnografia

1. Introdução

A pesquisa que segue é um relato etnográfico baseado nos diários de campo que relatam a jornada profissional da pesquisadora, na construção de um campo de pesquisa e busca pelo desenvolvimento de uma metodologia de trabalho, por meio de experiências profissionais,

participação em movimentos sociais e incursões artísticas. Por esse motivo, o texto é apresentado na primeira pessoa do singular mas principalmente é um apanhado de aprendizados coletados nas interações com mulheres “da quebrada” na cidade de Campo Grande - MS, a partir de um estágio de trabalho voluntário na Central Única das Favelas nesta cidade.

A primeira parte do artigo é um resgate da atuação como psicóloga na política pública para mulheres, realizando escutas de mulheres vítimas de violência doméstica e na elaboração de modelos de atendimento juntamente com a gestão da Subsecretaria de Políticas para Mulheres municipal.

A segunda parte relata a incursão em movimento social pelos direitos dos povos indígenas e também em um *Slam*, grupo de batalha de poesia falada, formado integralmente por mulheres. A terceira parte trata da execução da *websérie* “Diário da Favela: lideranças femininas”, realizada a partir do estágio de trabalho voluntário na Central Única das Favelas de Campo Grande - MS, como um exercício de escuta das vivências de cinco mulheres líderes de favelas.

A quarta parte marca o início do processo como pesquisadora no mestrado em Desenvolvimento Local na Universidade Católica Dom Bosco - UCDB e o desenvolvimento de metodologia de trabalho com a oficina “Identidade e Território” realizada com mulheres de duas associações de bairro e um centro espírita, através dos quais foram coletados importantes dados. A quinta e última parte aponta para caminhos de atuação e pesquisa possibilitados por essas interações e descobertas.

As perguntas que direcionam este trabalho são: por que as mulheres são a maioria das lideranças nas favelas e quebradas da cidade, mas não dominam os espaços de tomadas de decisão como os poderes executivo, legislativo e judiciário? Se são as mulheres as conhecedoras desses territórios, o que sabem sobre esses espaços, seus moradores e quais propostas e soluções enxergam para os problemas enfrentados?

O trabalho encerra com caminhos em construção, revelando o caráter dinâmico do processo, vivo e por isso em constante movimento.

2.A escuta de mulheres vítimas de violência doméstica aponta para o território

A Lei Maria da Penha (11.340/2006) é uma das mais celebradas em defesa das mulheres, reconhecida internacionalmente. Sua promulgação e a persistente luta dos movimentos feministas, possibilitaram a posterior implantação da Casa da Mulher Brasileira,

equipamento público que concentra os principais serviços especializados e multidisciplinares no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica. (Brasil, 2013) Campo Grande foi a primeira cidade a implantar a Casa da Mulher Brasileira e por esse motivo se tornou referência nacional.

Atuei nesta política pública por três anos, após seleção em concurso público. Nesse período, realizei escutas de acolhimento às mulheres vítimas de violência doméstica, de maneira a orientar sobre as características do ciclo da violência, sobre seus direitos e apresentar a rede de proteção. Além disso, fui convidada a integrar, juntamente com duas assistentes sociais, Ana Maria Silva Ferreira e Carla Scharf, e com as gestoras da Subsecretaria Municipal de Políticas para Mulheres - SEMU, a equipe que ajudaria na concepção e implementação do Serviço de Acompanhamento Psicossocial Continuado - CONTE, previsto no Programa Mulher Viver Sem Violência (2013), mas até então sem um modelo de funcionamento. O objetivo era monitorar as mulheres já atendidas pela instituição, a fim de responder se estas haviam conseguido romper com o ciclo da violência após a busca pela política pública.

Nosso trabalho no CONTE era realizar a busca ativa das assistidas e com isso iniciamos um trabalho de mapeamento das residências onde moravam as mulheres, que muitas vezes eram também os locais onde tinham ocorrido a violência.

Este trabalho de mapeamento tinha três objetivos principais: a) levantar dados para viabilizar tomadas de decisão estratégicas das gestoras de políticas públicas, b) identificar equipamentos públicos como postos de saúde, CRAS, escolas e outros nos quais pudéssemos realizar oficinas com as assistidas e também estabelecer uma rede de proteção baseada na territorialidade, c) organizar comunidades de protagonismo feminino nas 7 regiões urbanas de Campo Grande, por meio da construção de uma rede entre as mulheres assistidas pela Casa da Mulher Brasileira, uma vez que o isolamento social é uma das características da violência doméstica.

O terceiro objetivo não se mostrou viável, uma vez que a mulher vítima de violência se encontra muitas vezes vulnerabilizada de tal modo que primeiro necessita ser ajudada pela rede especializada tanto para recuperar sua vida social, como sua autoestima para daí encontrar-se com outras mulheres a fim de que possam colaborar entre si.

No entanto, os dois primeiros objetivos se mostraram exitosos. O Dossiê Mulher Campo-Grandense (Campo Grande, 2024) produzido pela SEMU apontou dados identificados pelo CONTE quando da sua implantação em 2018, como por exemplo, a maioria dos casos atendidos são provenientes da região Anhanduízinho, com 24,9% dos atendimentos.

Também trouxe dados novos ao publicar 5 mapas com perfis sociais das mulheres assistidas, produzidos com tecnologia de georreferenciamento em parceria com a PLANURB, dentre os quais o “Mapa 4 - Mulheres atendidas em 2023 - Sem rendimento” que aponta que estas mulheres se encontram na periferia, principalmente nas regiões Imbirussu, Lagoa, Anhanduízinho e Segredo, totalizando 21,5% dos casos atendidos pela instituição.

O “Mapa 5 - Vulnerabilidade Social em Campo Grande MS” de autoria da PLANURB, os dados convergem com os levantamentos do Mapa 4. O documento oficial não utiliza o termo favela para designar a localização das moradias das mulheres assistidas e também não especifica o conceito de vulnerabilidade social trabalhado.

A CUFA CG/MS em parceria com o Instituto Sou da Paz, realizou mapeamento que mostrou que as mulheres da periferia são as que mais sofrem violência doméstica. O estudo resultou no Mapa do Femicídio em Campo Grande que identificou 26 feminicídios na forma tentada e 3 consumados. (Gavilan, 2022) Os dados indicam que as políticas públicas para mulheres devem se concentrar com mais atenção à periferia para maior êxito no combate à violência de gênero.

3. Ativismo pelos direitos indígenas e slam - a rua é nós!

Minha incursão na política pública, na escuta de mulheres vítimas de violência doméstica e a sequente ascensão da extrema direita no Brasil - fenômeno político que ameaça o bem viver e os direitos de minorias sociais, me direcionaram a um aprofundamento nos estudos de teorias feministas e também a me envolver no ativismo político.

Em 2018, ingressei no Coletivo Terra Vermelha - CTV, grupo de atuação em defesa dos direitos dos povos indígenas, em atividade desde 2012, quando indígenas guarani-kaiowá da aldeia Passo Pirajú na região de Dourados - MS declararam que estavam decididos a se matar, caso fosse concretizada a ordem de despejo recebida por eles. (Câmara dos Deputados, 2012). Durante minha atuação no CTV participei da organização do “4º Povos Indígenas, Vida e Resistência” com participação de representantes das etnias Terena e Kinikinau em frente ao Teatro Aracy Balabanian, de campanhas de arrecadação de alimentos, lonas e cobertores para retomadas do cone sul, organização da participação do CTV na Feira da Praça Bolívia e também participação como ouvinte da II Assembleia das Mulheres Terena na Aldeia Mãe Terra, uma retomada liderada por mulheres terena, na região de Miranda - MS.

A necessidade que encontrei no aprofundamento das teorias e no ativismo, se relaciona com o que Gago (2020, p. 10) relata sobre as experiências e desdobramentos de diferentes

grupos feministas a partir da Primeira Greve Internacional de Mulheres em 08 de março de 2017. A autora traz uma definição interessante:

A potência feminista se refere a uma teoria alternativa do poder. Potência feminista significa reivindicar a indeterminação do que se pode, do que podemos - isto é, entender que não sabemos do que somos capazes até experimentar o deslocamento dos limites em que nos convenceram a acreditar e que nos fizeram obedecer. Não se trata de uma teoria ingênua do poder, mas de compreender a potência como desenvolvimento de um contrapoder (inclusive de um duplo-poder). E, finalmente, a afirmação de um poder de outro tipo, que é invenção comum contra a expropriação, usufruto coletivo contra a privatização e ampliação do que desejamos ser possível aqui e agora

Após a atuação na política pública para mulheres e com o crescente tensionamento provocado pela ascensão da extrema direita, experimentei a potência feminista de transformação do mundo ao sentir o deslocamento dos limites impostos às mulheres, por meio da conquista de direitos, materializados na Lei Maria da Penha e na Casa da Mulher Brasileira, mas também o deslocamento desses limites já ampliados agora ameaçados de retrocesso, materializados pelo impeachment arbitrário da presidenta Dilma Rouseff.

A escolha pelo ativismo indígena não foi por acaso, se deu a partir de vivências particulares de estranhamento com minha imagem e traços físicos. Cresci ouvindo que eu tinha uma “beleza exótica” e sendo questionada se era mestiça, ou descendente de japoneses. No começo eu não sabia nem o que significava mestiça, e tampouco entendia essas perguntas e afirmações.

Questionava-me, por que era mais provável que as pessoas pensassem que eu era descendente de japoneses, se em casa eu ouvia meus familiares me chamarem de bugrinha. Bugre é um termo pejorativo para ofender indígenas e seus descendentes mestiços, além de ser usado para dizer que uma pessoa é feia, que não atende aos padrões de beleza eurocentrados. Na casa da minha avó era sinônimo de afetividade passivo-agressiva. A psicóloga e artista portuguesa Kilomba (2021) realizou uma pesquisa sobre racismo cotidiano com mulheres negras europeias em que coletou relatos de estranhamento com seus corpos e origem na interação com brancos europeus, que tratam do estranhamento com o cabelo afro, etc.

Devulsky (2021), ao tratar do colorismo, “quadro identitário racial e político que plasma os sujeitos em um arquétipo pré-definido” (p. 17), afirma que reconectar-se com elos familiares, culturais, comunitários e religiosos é um fator de proteção para aqueles que entenderam que o dispositivo de racialidade é um mecanismo do projeto de branquitude, ou seja, quando as pessoas me apontam que eu sou exótica e mestiça, me mostram que eu não sou

suficientemente branca. O ativismo pela causa indígena é parte do meu processo de enraizamento e rejeição ao projeto de branquitude, marcados pelo patriarcado e pelo fascismo.

Reconheço-me como mulher parda, o que significa reconhecer minha origem miscigenada de europeus e indígenas da região fronteira do Brasil, especificamente de Ponta Porã - MS, na fronteira seca com o Paraguai e também a ascendência andina do Peru e da Argentina. A experiência mestiça, ainda que bastante comum na colonização do Brasil, é marcada pelo não-lugar, esse espaço de trânsito entre quase pretos e quase brancos, cantado por Gilberto Gil e Caetano Veloso⁵.

A parditude é pauta de importantes discussões nos movimentos de ativismo negro que lutaram para que o índice de pardos e pretos formassem a categoria negros nas pesquisas censitárias, mas que por outro lado, muitas vezes rechaçam indivíduos pardos como se fossem pessoas brancas que desejam se apropriar dos espaços e identidades afro-brasileiros. Além disso, há poucos estudos sobre pessoas mestiças de origem europeia e indígena, muito mais comuns nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, lugar da minha origem, fatos que demonstram a profunda chaga deixada pelo colonialismo. Devulsky (2021) aponta para a importância da inclusão da experiência de descendentes indígenas de pele clara e de pele escura na luta antirracista. Ainda de acordo com a autora:

Quando Lélia Gonzalez admite o pretuguês, e assevera que precisamos assumir “nossa própria fala”, avisando que nossos trabalhos darão vazão às perspectivas daquelas e daqueles considerados ralés, que são tratados como escória, isso também significa dizer que negros mestiços precisam reconhecer suas vantagens e fazer delas trampolim para todos os outros, sejam eles mais claros ou mais escuros, sejam eles indígenas ou mestiços. Além da importância da solidariedade social, do compromisso com a comunidade, da ética com os seus pares e da responsabilidade com as próximas gerações e com aqueles que pavimentaram nossos saberes em direção à emancipação trata-se de assumir, que essas experiências pendulares entre o “não branco” e o “não suficientemente escuro” criam um espaço - curiosamente construído, a princípio a partir de um “não lugar” - de criação de novos saberes e de experimentações políticas. (Devulsky, 2021, p. 168)

Afirmar-me mulher parda é assumir compromisso com quem me deu a vida e apropriar-me do meu lugar de responsabilidade na luta antirracista, reconhecer as vantagens do meu corpo pardo no trânsito entre brancos e negros, colocar esse corpo pardo, escuta e conhecimento à serviço para que grupos de mulheres e homens pretos, pardos e indígenas tenham seus direitos preservados e possam ascender a lugares em que o projeto de branquitude não permitiria.

⁵ Haiti - Gilberto Gil e Caetano Veloso

No exercício de circular, falar e escutar, me encontrei um dia declamando poesias em frente à Morada dos Baís, onde se localizava o vagão do Laricas da Lu, uma ocupação que transformou-se em bar e ponto cultural na cidade. Ali eu estava fazendo o exercício do workshop de poesia falada conduzido pela poeta brasileira Meimei Bastos, coordenadora do Slam Q'Brada.

Nessa ocasião, conheci Letícia Polidório que à época integrava o Slam Camélias, formado somente por mulheres. O Slam é uma batalha de poesias falada em que não é permitido uso de música ou outros tipos de sonoridades, o que o diferencia do *rap*. Hollanda (2020) aponta que “A literatura como recurso político e transformador é cada vez mais avançada nos ativismos e espaços solidários periféricos” (p. 27) A convite de Letícia Polidório, passei a integrar o Slam Camélias, ainda que não me sentisse no direito de ocupar aquele espaço, por não viver a experiência de uma mulher de quebrada e não ter o hábito de escrever poesias. O não-lugar mestiço também atravessado pelo marcador de classe e os privilégios de pertencer à classe média. Permaneci no Slam Camélias entre 2020 e 2022 e contribuí na produção de três eventos de batalha de poesia falada que aconteceram de forma on-line em decorrência da pandemia de COVID-19.

A entrada no Slam Camélias foi a passagem para iniciar como estagiária voluntária na Central Única das Favelas de Campo Grande - MS onde realizo atualmente alguns trabalhos de oficinas reflexivas com mulheres, mapeamento e sistematização de dados.

4. Diário da Favela: lideranças femininas

Entre os anos de 2019 e 2020 duas novas lideranças assumiram a coordenação da Central Única das Favelas de Mato Grosso do Sul e de Campo Grande, Lívia Lopes, professora de artes da rede municipal e bailarina na Cia Dançurbana e Letícia Polidório, assistente social e integrante do Slam Camélias. A CUFA é uma organização não-governamental referência na pauta das favelas, presente em todos os estados do Brasil e em alguns países.

Logo no início de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou o início da pandemia de COVID-19. Nesse contexto eu ingressei na CUFA - MS, na missão de contribuir em campanhas de arrecadação de alimentos e kits de higiene para moradores de favela e também para barreiras sanitárias formadas em aldeias indígenas no interior do estado, em articulação com o Coletivo Terra Vermelha, além de ações de educação sobre violência doméstica em articulação com a Casa da Mulher Brasileira e encaminhamentos de mulheres para atendimento

na rede, devido ao crescente número de casos de violência doméstica em decorrência do isolamento social.

Nas diversas ações nas favelas uma coisa chamava atenção, quase a totalidade das lideranças, ou seja, das pessoas que conheciam os moradores e as necessidades da favela e faziam interlocução com ONG's e o poder público, eram mulheres. Isso me fez questionar: por que nesses espaços periféricos quem lidera são as mulheres, mas nos poderes executivo, legislativo e judiciário, não? O que elas sabem sobre as favelas e seus moradores? E a partir disso propus ao grupo da CUFA-MS que fizessemos uma *websérie* sobre lideranças femininas de favela. Havia pouco tempo, a CUFA-MS tinha lançado seu primeiro *web documentário* com apoio da Fundação Baobá, o “Diário da Favela: Mulheres”, produzido pelas voluntárias Karen Freitas, acadêmica de Artes Visuais e Ethienny Karen, acadêmica de Jornalismo, ambas da UFMS.

Selecionamos, então, 5 (cinco) lideranças de favelas em diferentes regiões urbanas da cidade e produzimos quatro (4) episódios com as entrevistadas: Marly Espínola da favela Só por Deus, região Anhanduízinho, Paula Corrêa do Alphavela, região Lagoa, Gisele Alves da Favela Mário Covas, região Anhanduízinho, e Gleicielle e Lauane da Favela do Mandela, região Segredo. Os responsáveis pela execução do documentário foram Karen Freitas (direção, roteiro e edição), Thiago Kohagura (produção) e Tatiana Samper (roteiro, produção e entrevista).

Figura 1. Marly Espínola, liderança da Favela Só Por Deus no 1º Episódio da websérie Diário da Favela: lideranças femininas



Fonte: canal da CUFA - MS no Youtube

No relato das entrevistadas, é possível captar alguns pontos em comum: todas declararam terem se tornado líderes por escolha da comunidade, ao perceberem que elas tinham aptidão, seja porque eram sensíveis aos problemas dos moradores, ou porque tinham maior capacidade de articulação e de enfrentamento, seja porque eram organizadas.

É importante assinalar que organização é um traço marcante entre todas, que mantém cadernos com cadastro dos moradores a fim de saber quantos são, faixa etária, quem é mãe solo, quem são os idosos, quantas crianças e PCD's existem, e assim garantir que todos possam ser incluídos nos programas de habitação social e receber as doações de acordo com suas necessidades. Todas comentam sobre a preocupação em distribuir as doações de maneira justa, para que ninguém seja beneficiado indevidamente. A esse respeito, a liderança da Favela do Mandela tem uma fala que merece destaque:

Começamos a fazer o cadastro de cada família que tinha aqui, começamos a andar, conhecer mais a comunidade pra ver qual que era mais a necessidade deles. Aqui eu falo que é como se nós tivéssemos uma casa, por quê? Porque tem classe média, alta e a intermediária. Então a gente classifica dessa forma também, entendeu? Aqui dentro, a gente classifica. Tem pessoas que são honestas, chega na gente e fala “Oh, Gleiciele eu não tô precisando, pode passar a minha pra outra. Então a gente tenta ajudar aquela mãe que tem um pouquinho mais de filhos, idosas, gestantes. A gente tenta dar uma prioridade a mais pra eles, porém não deixando de... desmerecer os demais, entendeu? Então geralmente, quando nós tá aqui, a gente tem o cadastro, relatório, tudinho. A gente tem um grupo da comunidade, a gente manda, falamos o local, o horário que é pra tá aqui e distribuimos o que é bem vindo, o que trazem aqui. Entendeu? (Gleiciele, liderança da Favela do Mandela)

Ainda segundo a fala de Gleiciele, o Mandela, aliás, ganhou esse nome por causa da música Partiu de MC Kekel, em que os versos dizem “Eu tô brigando com a mulher, então vou dar fuga nela. Fui, partiu, aonde é o Mandela?”

A música é um funk do Rio de Janeiro, e como o Mandela de Campo Grande tem um barranco de terra, que os moradores chamam de morro e divide a área entre parte alta e parte baixa, os ocupantes do local resolveram batizá-lo assim, segundo nos contou Gleiciele, depois de nos levar até a parte alta do morro para termos uma visão panorâmica da favela, em que foi possível visualizar muitos barracos de madeira na parte baixa, que sofrem quando a chuva leva a lama pra dentro das casas. Além disso, a favela foi formada à beira do córrego Segredo, o que contribui para que muitas crianças apresentem sintomas de alergia na pele e sintomas respiratórios, dados que as lideranças que nos receberam também têm registrado e motivou a

exigência de agentes de saúde para realizar visitas regulares na comunidade, algo que não acontecia por se tratar de área irregular.

Marly e Paula contaram que foram morar na favela para se juntarem a familiares, Marly foi ao encontro da filha que já estava na Favela Só Por Deus e Paula ao encontro da mãe, que queria estar mais próxima do neto. No começo, elas não precisavam estar lá, pois tinham condições de pagar aluguel e se mudaram na tentativa de serem contempladas em programas de habitação social, mas com o início da crise econômica e da pandemia, permaneceram por necessidade.

Gisele, Gleiciele e Lauane, têm histórias diferentes, chegaram à favela por necessidade. Em suas falas, as líderes do Mário Covas e Mandela dão maior ênfase às ações que realizam em busca pelo direito à moradia como reuniões com o poder público - prefeitura, assembleia legislativa, defensoria pública e ministério público e até frete de ônibus compartilhado com outras favelas para se locomover ao local das reuniões. Gisele conta que após realizar o cadastramento interno dos moradores, conseguiu comprovar à prefeitura que ali não haviam somente 37 famílias, como eles haviam registrado, mas sim 150 e celebrou que isso possa viabilizar que todos consigam ter acesso aos programas de habitação social. A Favela do Mário Covas fica localizada em área de preservação ambiental e por isso estão sempre sob tensão de serem despejados. Sobre morar em favelas, destaco algumas falas interessantes:

Nós somos uma família. Nós temos que ser unidos. Nós por nós. A gente entra no ônibus ali e sempre escuta o pessoal de fora falando Ah, aqui é um bicho de sete cabeças”, mas não é assim, não é como todo mundo pensa. A gente é uma família, aqui tem famílias trabalhadeira, tem famílias boa, sabe? Não é assim, tudo que eles pensa, tudo bagunçado. Não é! A gente também é ser humano, a gente também é gente, a gente também tem sentimento. (Marly Espínola, liderança Favela Só Por Deus)

A gente mulher, oh, de favela, se você for num lugar e você falar “eu moro na favela” e falar que, eu já vi a minha irmã caçula, ela sofreu um bullying, que nossa, a minha vontade era de matar o cara. Mas a minha irmã é igual eu, prefere ter o que é nosso do que estragar o que é dos outros (Paula Corrêa, liderança Alphavela)

As pessoas têm um tipo de preconceito da gente morar aqui, quanto pra trabalho, quanto a gente vai num posto, a gente é tratado de uma forma diferente, entendeu? Então a gente tem que mudar essa visão. Não é só por que tem uma comunidade, que lá só tem tudo que não presta. Não! A gente tem que mudar isso, entendeu? Tem muitas famílias aqui que precisam, tem pessoas que vieram de outra cidade, tem pessoas que tavam morando na rua e decidiram vir aqui então a gente tem que abraçar isso e é um ditado que eu tenho, a gente tem que fazer o bem sem olhar a quem, entendeu? (Gleiciele, liderança Favela do Mandela)

Apesar de identificarmos que essas lideranças têm um alto grau de organização e cuidados com as necessidades dos moradores da comunidade, duas delas inclusive, ingressaram na faculdade - Gisele é acadêmica de Serviço Social e Lauane é formada em Psicologia, ainda assim, seus territórios são percebidos como espaços problemáticos e marginalizados por pessoas de fora.

Essa percepção vai ao encontro do que foi analisado na leitura do livro “Campo Grande: memória em palavras” de autoria de Buainain (2006) em que onze ex-prefeitos da capital foram entrevistados. Quando falam do tema favela, predomina o discurso que identifica esses territórios pela perspectiva da falta, da falha e da miséria. Por isso, o trabalho de escuta e divulgação dos saberes e vivências dos moradores de favela, especialmente das mulheres, é tão importante, conforme protestou Gonzalez (2018).

É essa perspectiva de enfoque nas potencialidades encontradas na favela e a fim de redimir o preconceito com seus moradores, que o IBGE juntamente com movimentos sociais e ONG's realizou o I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre Favelas e Comunidades Urbanas do Brasil no ano de 2024 e decidiu mudar o termo oficial para se referir a esses territórios de aglomerados urbanos subnormais para favela.

Sobre as características de uma liderança feminina, as entrevistadas afirmaram:

A mulher tando na frente é totalmente diferente de um homem. Eu acho que é mais difícil por ser mulher, mas aí se torna mais fácil porque a gente tá subindo, a gente tá se erguendo, a gente não é mais aquela só dona de casa. A gente é mulher, a gente pode fazer as mesmas coisas que o homem faz”. (Marly Espínola, liderança da Favela Só Por Deus)

Eu acho que por vergonha, sabia, dos homens. Por que já parou pra pensar, você pra ser líder, você tem que meter sua cara e pedir. (...) Eu acho que é, porque meu marido, eu tenho experiência própria pelo meu marido, na hora que caiu, que tivemos que aparecer na televisão, ele foi o primeiro a sair correndo. Então a gente vê pela experiência dentro de casa. Para e pensa, eu tenho essa opinião total. Porque eu acho assim, a mulher tem o instinto de proteger todo mundo, eu tenho esse instinto. Eu às vezes nem conheço a pessoa, já tô lá brigando por ela, pronta pra apanhar junto com ela. Vai apanhar eu e ela, eu tô lá firme e forte. E o homem, não. O homem não tá nem aí, se não for pisar no calo dele... e nas comunidades é assim. Acho que é pelo ego deles de ser macho e falar não, de ter medo de falar. Porque a mulher não tem medo de falar. (...) Por isso que aqui na comunidade eu dou preferência pras mulheres, mulheres com filhos. Homem solteiro é minha última prioridade”. (Paula Corrêa - liderança da Alphavela)

Porque assim, mulher é mais calma, mulher é assim, como se diz assim, emoção. Então ela se coloca no lugar da outra. Como se diz, um homem ele

não vai saber, vamos supor, um exemplo, vai ter uma doação, aí tem certos alimentos. Eu acho que um homem não vai ter aquela paciência de pegar, de selecionar, de limpar. A mulher tem. Então, quando cê fala, não, isso vai fazer diferença lá na minha panela. O homem não, e ela se coloca no lugar da outra. E o homem, não, ele já não tem esse pensamento” (Gisele Alves - Liderança da Favela Mário Covas)

Gleicielle da Favela do Mandela contou que constituiu uma associação em que escolheu mais cinco (5) mulheres para dividir a liderança com ela, registrou a documentação em cartório com auxílio do Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - NUDEDH da Defensoria Pública de MS. Ela e Lauane comentam:

Eu acho que eu escolhi mulheres porque elas têm que ocupar o lugar delas. Hoje geralmente é os homens. Então a gente temos que ocupar nosso lugar e a gente tem que se empoderar. Então eu selecionei cada uma com cautela, a Lauane é uma delas. É uma mulher negra, tem uma filha, é formada em Psicologia. As demais têm o privilégio de ser comunicativas, gostam de participar da ação social. São mães. Entendeu? Então é essa função eu decidi colocar elas”. (Gleicielle, liderança da Favela do Mandela)

A partir do momento que ela resolveu montar a liderança, aí teve todo um processo. De, por exemplo, de ter o dado das mulheres, de anotar tudo, de deixar tudo registrado e ter reuniões aqui dentro da comunidade e as pessoas ficarem cientes de quem é a liderança. Como eu nunca tive muito tempo entre trabalhar e fazer a faculdade, eu tive pouco, então no caso eu auxiliava mais ela na parte se precisasse participar em alguma reunião, se precisasse ir na prefeitura, se precisasse, por exemplo ir na EMHA, esse tipo de auxílio. Não podia tá todo tempo disponível, né, mas assim tem outras mulheres da liderança que por exemplo, que não tão aqui agora, mas que sempre deram força pra ela, vindo aqui todos os dias, vindo nas ações, ajudando ela, então assim, quando uma não pode, a outra ajuda. Uma mão lava a outra”. (Lauane, liderança da Favela do Mandela)

O discurso de empoderamento feminino é identificado em todas as entrevistadas, o que pode ser um indicador da influência que a 4ª onda feminista teve sobre essas mulheres. Além disso, a temática da divisão sexual do trabalho e a liderança pautada em cuidados se revela evidente nas entrevistas.

Quando perguntadas sobre a participação dos homens na organização da comunidade, as lideranças comentam que estes ajudam com trabalhos braçais como manutenção da rede elétrica, que de modo geral são bicos improvisados e carregamento de materiais para outros espaços, mas reconhecem que os homens não teriam aptidão para cuidar das necessidades da comunidade, como atenção às crianças, PCD's e aos idosos. Atribuem essa diferença entre homens e mulheres a algo da natureza e até instintivo.

O discurso hegemônico do sexismo, que atribui a condições biológicas, papéis sociais de gênero (Botton et. al, 2019) está presente nessas declarações. Como Beauvoir (2019) sinalizou, não se nasce mulher, torna-se. Enquanto pesquisadora acadêmica feminista, eu as provocava a refletir por que mulheres conseguem ser cuidadas e homens, não. Ao mesmo tempo, buscava me deslocar do papel de professora, detentora do saber, para buscar nas vivências relatadas, o que elas sabiam, que eu não sei. A esse respeito, Hollanda (2020, p.28) aponta uma questão metodológica:

Se quisermos construir um feminismo decolonial entre nós, o primeiro passo é que entendamos que significados e valores as mulheres periféricas e camponesas associam ao “feminismo de elite” e examinemos o que rejeitam em suas ações políticas, para mim claramente “feministas”. Outra tarefa para nós é tomarmos em consideração o olhar crítico do feminismo periférico sobre suas experiências de vida na cidade e na política e sua formulação particular e importante no que diz respeito à exclusão e às desigualdades sociais.)

Por outro lado, o sexismo é um dos conceitos que contribuem para que mulheres tenham dificuldade de se perceberem em ciclos de violência e romperem relações abusivas, por esse motivo, nas rodas de conversa e oficinas reflexivas que realizo na CUFA - CG/MS busco trazer o aspecto da cultura na formação e divisão dos papéis de gênero, atenta à receptividade das mulheres a essa ideia, seus contrapontos e resistências.

Para encerrar a análise do material coletado na *websérie*, ao serem perguntadas sobre sonhos, na busca por identificar a perspectiva de futuro dessas lideranças periféricas, Marly revela que sonha em construir um parquinho para as crianças da favela e afirma que isso é importante não apenas para a favela Só Por Deus, mas para todas. Gisele diz que seu sonho é sair da favela e que o filho autista estude para ter autonomia, revela desejar dar conforto aos filhos e que as pessoas que moram na favela tenham suas próprias casas. Paula sonha em ter um negócio próprio de carrinho de cachorro quente com a irmã. Gleiciele e Lauane não falaram de seus sonhos pessoais, mas ao longo de toda entrevista enfatizaram o desejo de que os moradores da comunidade tivessem acesso não somente a doações, mas principalmente a benefícios que possam transformar suas vidas.

5.Mulheres, identidade e território

A realização desta série documental e os aprendizados colhidos na interação com as mulheres das favelas me motivaram a ingressar no programa de mestrado em Desenvolvimento Local para sistematizar os dados coletados e construir uma metodologia de trabalho. A partir disso, iniciei uma pesquisa que inicialmente tinha a intenção de estudar o protagonismo das mulheres na quebrada. Em março de 2022, realizei uma pesquisa-ação em duas associações de bairro onde a CUFA CG/MS já tinha atuação e um centro espírita onde a assistente social Ângela Ribeiro atuava como voluntária. Ângela é servidora da 3ª Vara de Violência Doméstica e Medidas Protetivas do Tribunal de Justiça, com quem trabalhei em parceria quando fui servidora na Casa da Mulher Brasileira. Os locais de realização da pesquisa-ação foram: A Associação de Moradores do Bairro Bonança, Associação de Moradores do São Conrado e Núcleo Assistencial Ramatiz, no Jardim Noroeste, um dos bairros mais vulneráveis de Campo Grande - MS. Thiollent (2005) traz a seguinte definição:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (p. 20)

A metodologia foi baseada nos encontros do Translab.Urb e do workshop da arquiteta e urbanista Iazana Guizzo aplicados durante o LAB Campo Grande, um ciclo de atividades realizado por uma equipe multidisciplinar com a população da cidade para pensar a ocupação do Complexo Ferroviário da Rede Noroeste do Brasil, devido a projetos de fomento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no ano de 2019. A pesquisa-ação realizada por mim tinha como ponto focal a reflexão sobre a identidade das moradoras daqueles territórios, suas histórias de vida e como elas pensam e ocupam o espaço do bairro. Para isso propus às participantes que fizéssemos um mapa com o corpo delas. Um papel pardo foi colocado no chão, uma delas se deitava sobre ele e uma criança, filha de alguma das participantes, me ajudava a fazer o contorno do corpo.

A produção de mapas, ou seja, de cartografia como recurso de pesquisa e de compreensão de fenômenos e processos, foi defendida por Deleuze & Guattari (1995) como 5º e 6º princípio rizomático, que propunha uma ruptura com o método freudiano que pretendia explicar a estrutura psíquica de maneira universal e assim propõem o modelo de processo maquínico que compreende que as estruturas não são universais, mas sim compostas por arranjos novos construídos continuamente por meio de uma trama. De acordo com Sousa & Oliveira (2022):

Compreende-se então que, na perspectiva rizomática, a definição tradicional de cartografia se expande para uma atitude de experimentação do pensamento, que se coloca em movimento para acompanhar processos dinâmicos de produção de realidades que não seguem padrões e percursos habituais. Nesse sentido, cartografar vai além do desenho de mapas e se dirige para a construção de diagramas, ou seja, de esquemas visuais que tornam aparentes novos tipos de realidades. Desse modo, os diagramas se configuram por meio do traçado das relações que se estabelecem entre elementos de diferentes naturezas num determinado campo social, tornando-as enfim, perceptíveis e conhecidas. (p. 19)

Assim foram produzidos 3 mapas que ganharam o nome de uma mulher. No grupo da Associação de Moradoras do Jardim São Conrado, o mapa ganhou o nome de Petrônia, a moradora mais velha presente no encontro, que contou em média com a presença de 20 mulheres, assim como no Jardim Noroeste. Já nos grupos de mulheres da Associação de Moradores do Bonança e no Núcleo Assistencial Ramatiz, os mapas ganharam o nome de Maria, um nome comum de mulher, ou como diria a canção de Milton Nascimento “Uma mulher que merece viver e amar como outra qualquer do planeta”⁶ Ao longo dos encontros, eu lançava perguntas estimulando-as a contar suas histórias e identificar quais eram as características das mulheres que compunham aquela roda.

Ao falarem de suas características surgiram as palavras: guerreira, responsável e organizada que pediram que fossem representadas na região da cabeça. A qualidade cuidadora foi colocada na mão, no Mapa Petrônia, associada ao afago. E assim íamos desenhando nosso mapa, eu lançava perguntas, elas iam discutindo e eu perguntava onde gostariam que eu marcasse no mapa do corpo. Ao falarmos sobre raça, predominou as identidades preta e parda, com presença também de mulheres indígenas no Jardim Noroeste, o que merece uma nota: esta é uma região com forte presença indígena com as aldeias urbanas, Estrela do Amanhã e Água Bonita.

Figura 2 - Desenho do Mapa Petrônia, março de 2022

⁶ Maria Maria - Milton Nascimento

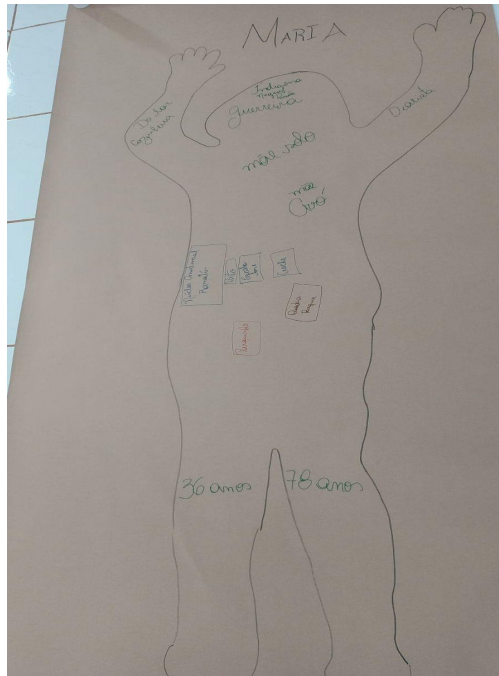


Fonte: autora

Na conversa também surgiram relatos importantes de racismo cotidiano, como o preconceito sofrido ao entrarem em lojas, a afirmação do orgulho da identidade negra e a participação de mulheres brancas dizendo que não diferenciam as mulheres pretas do grupo, pois a cor da pele não é importante, porque todas são iguais. Nesses momentos, eu refletia com elas que ainda que tenhamos direitos iguais, as experiências de pessoas brancas e pessoas negras são diferentes e que pessoas brancas não passam pelas mesmas violências que pessoas negras e indígenas. A localização da raça no mapa do corpo variou, no mapa Petrônia ficou localizado no braço, local onde costumamos olhar a cor da nossa pele para responder de qual raça somos, no mapa Maria Bonança ficou próximo ao coração, como uma representação de orgulho e no mapa Maria Noroeste, ficou localizado na cabeça.

Outro dado predominante nos mapas foi a informação: mães e avós solo, ou seja, mulheres que cuidam sozinhas de seus filhos ou netos. Nos três grupos havia grande presença de mulheres idosas, assim como de mulheres jovens, chefes de família. Quando falávamos de idade, elas relatavam dores no corpo, especialmente costas e joelho, razão pela qual pediram para registrar as idades na região do joelho, dando o sentido de cansaço. As profissões mencionadas foram diarista, do lar e cozinheira, atividades ligadas ao ambiente doméstico e aos cuidados, mais uma vez demarcando a divisão sexual do trabalho, já discutida neste artigo.

Figura 3 - Mapa Maria Noroeste, abril de 2022



Fonte: autora

Depois de marcarmos o mapa com as características das mulheres, pedi para que elas imaginassem que aquele corpo era o território habitado por elas e assim me dissessem onde ficavam os lugares por onde mais circulavam no bairro. No Mapa Petrônia ficaram marcados o CRAS, a USF São Conrado, que elas disseram ser muito longe e não ter disponibilidade de pediatras para atendimento e a Associação de Moradores do Jardim São Conrado, local de encontro para elas. Ao serem questionadas do que sentiam falta, mencionaram uma escola de ensino infantil e fundamental, que deveria ficar localizada numa parte mais centralizada, próxima ao umbigo, assim como um parquinho para as crianças, pois não há nenhum na região.

No mapa Maria Noroeste, os espaços por onde mais circulam são o Núcleo Assistencial Ramatiz, o posto de saúde, a Escola Municipal Profa. Ione Catarina Gianotti Igydio e a creche, localizados acima do umbigo e abaixo do peito. Relataram haver uma quadra com parque na região, mas que não conseguiam usar ou levar as crianças, pois estava inacabado. Entendem que falta um parquinho para levar as crianças, que deveria ficar localizado próximo aos equipamentos que elas mais usam, na região do umbigo.

No encontro com as mulheres do Jardim Bonança, 60 mulheres participaram e a reunião foi marcada por intensa participação das presentes, que expuseram diversas ideias de atividades que poderiam acontecer na Associação de Moradores, dentre as quais cito: campeonatos de Free Fire, game popular entre adolescentes, cursos na área de tecnologia para os jovens, esportes para meninas, Projeto de Saúde da Mulher com ciclo de palestras sobre saúde mental

e sexual, além de exames preventivos. Quando tratamos deste tema, aliás, elas pediram que colocasse as palavras “saúde da mulher” sobre o ventre, onde estaria o útero. A reunião se assemelhou a uma assembleia popular com diversas sugestões do que poderia contribuir com a vida do bairro e contou inclusive com participação da assistente social do posto de saúde da região, que costuma estar presente nas ações realizadas na Associação, é moradora do bairro e disse que tinha gostado do encontro e iria aproveitar algumas sugestões para aplicar no seu trabalho e se colocou à disposição para novas ações.

Destaco que a Associação de Moradores do Bonança tem uma agenda com diversas atividades para a população como aulas de zumba, muay thai, reforço escolar, festas populares, além de contar com quadra de esportes e academia ao ar livre, as moradoras do bairro têm uma vida ativa em torno da Associação o que certamente contribuiu para que esse encontro fosse marcado pela profusão de ideias e transmitiu que as moradoras se sentem pertencentes àquele espaço. Além disso, o parquinho no Mapa Maria Bonança foi marcado como equipamento já existente e bastante usado pelas mães, avós e crianças. Foram marcados também o posto de saúde e a Associação de Moradores do Bonança como espaços por onde elas mais circulam.

Figura 4 - Desenho do Mapa Maria Bonança, março de 2022



Fonte: autora

Gago (2020) resgata o trabalho de teóricas ecofeministas e a analogia do corpo feminino como colônia de saqueio e extração de riquezas por meio da violência. Esta compreensão mobilizou comunidades latino-americanas que lidam diariamente com os projetos extrativistas de mineração e monocultura a questionarem quais práticas seriam capazes de despatriarcalizar e descolonizar no instante presente? Com isso, criaram o conceito de corpo-território. Ainda de acordo com Gago (2020) “A imagem do corpo-território revela batalhas que estão ocorrendo

aqui e agora, além de assinalar um campo de forças e torná-lo sensível e legível a partir da conflituosidade” (p. 107)

Pela possibilidade de captar batalhas, potencialidades, vivências e trivialidades do cotidiano, o corpo-território como conceito e ferramenta de pesquisa atende à proposta deste trabalho. Além disso, o corpo-território feminino não é propriedade domesticada, mas sim potência coletiva, indicando que o lugar de onde o patriarcado e o capital praticam a espoliação, não é carente, mas sim rico e pleno de possibilidades pois “Corpo-território compactado como uma mesma palavra nos obriga a pensar também que não há alguém que “careça” de corpo ou de território. Não há escassez. E isso permite iluminar de outro modo os processos de *espoliação*”. (Gago, 2020, p. 107. **Grifo da autora**)

Collins (2019, p. 45) ao relatar experiências de organização política de mulheres negras dos Estados Unidos, encontra algo semelhante no que diz respeito à experiência coletiva de construção de representações:

Como mães, mães de criação, professoras e religiosas, em comunidades rurais e bairros urbanos basicamente negros, as estadunidenses negras participaram da construção e da reconstrução desses saberes de resistência. Por meio das experiências vividas em sua família estendida e em sua comunidade, elas deram forma a ideias próprias sobre o significado da condição de mulher negra. Quando essas ideias encontraram expressão coletiva, as autodefinições das mulheres negras permitiram que elas reformulassem as concepções de matriz africana do eu e da comunidade. Essas autodefinições da condição da mulher negra foram pensadas para resistir às imagens de controle negativas da condição de mulher negra promovida pelos brancos e às práticas sociais discriminatórias que essas imagens de controle sustentavam. Em suma, a participação das mulheres negras na elaboração de uma cultura afro-americana em constante mudança estimulou visões de mundo especificamente negras e centradas nas mulheres.

Quando proponho a reflexão sobre histórias de vida, vivências cotidianas e maneiras de ocupar o território, estou me ancorando num modelo de pedagogia feminista inaugurado no Brasil na década de 1970 (Costa et. al, 2011) e me aproximo daquilo que Milton Santos (2020) afirmou: “O modelo cívico forma-se, entre outros, de dois componentes essenciais: território e cultura”. (p. 17) Assim, eu-pesquisadora e as mulheres periféricas exercemos nossa cidadania na escuta coletiva, na construção de novas conexões, ideias e experimentações.

No que diz respeito à pergunta que motivou o início desta pesquisa: porque nesses espaços periféricos quem lidera são as mulheres, mas nos poderes executivo, legislativo e judiciário, não?

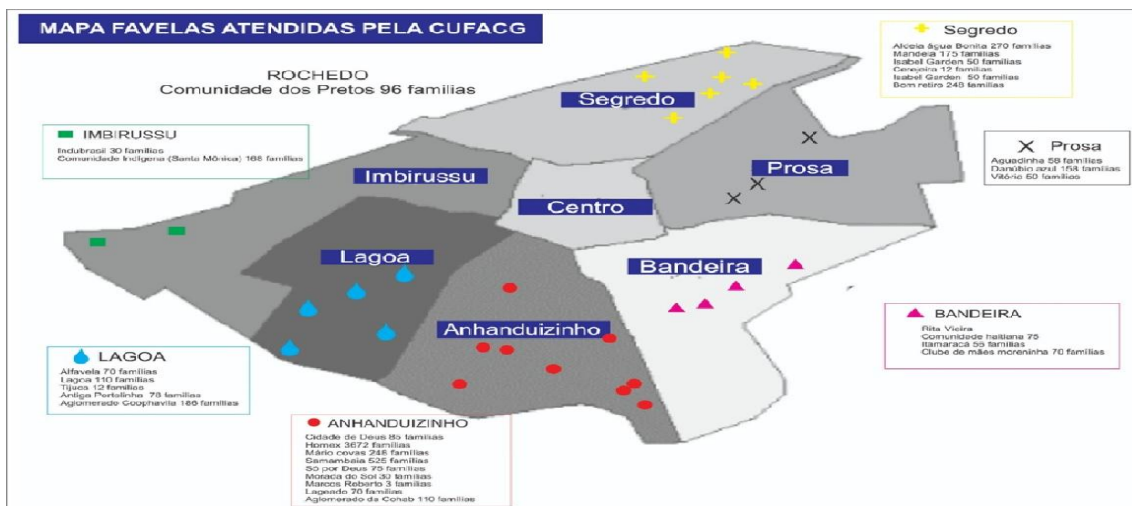
Noto, a partir da pesquisa-ação e do estudo realizado para este trabalho a coerência do que Devulsky (2021) traz: “O poder não circula livremente, ele tem donos que zelam pela sua distribuição” (p. 165) As lideranças femininas são predominantes nesses espaços porque são lideranças marcadas pela divisão sexual do trabalho. Estes não são espaços do poder hegemônico, mas espaços de cuidado. Biroli (2018, p. 24) aponta:

Embora as hierarquias de classe e raça incidam na definição de quem tem acesso aos espaços de poder, a divisão sexual do trabalho e as formas da construção do feminino a ela relacionadas fazem com que as mulheres tenham chances relativamente menores do que os homens de ocupar as posições na política institucional e de dar expressão política no debate público, as perspectivas, necessidades e interesses relacionados à sua posição social.

Para trazer ainda mais luz à temática do corpo-território marcado pelo gênero, raça e classe, a produção cartográfica desta pesquisa também se expandiu para o mapeamento de favelas, aldeias urbanas e quilombos atendidos pela CUFA CG/MS. A escolha de agrupamento destes territórios se deu pelo reconhecimento de que os mesmos formam a categoria sistemas de organização social alternativos, fortemente marcados por laços comunitários e étnicos. (Nascimento, 2021)

Este trabalho de mapeamento das favelas e demais territórios periféricos têm sido feito na CUFA CG/MS desde 2021 e conta com o conhecimento de território da coordenadora Letícia Polidório e dos voluntários Thiago Kohagura, Henrique Reis, Carlos China, Tatiana Samper e Felipe Lovatto. Abaixo o mapa produzido em 2021:

Mapa 1 - Mapa de favelas, aldeias urbanas e quilombos atendidos pela Central Única das Favelas de Campo Grande - MS, 2021)

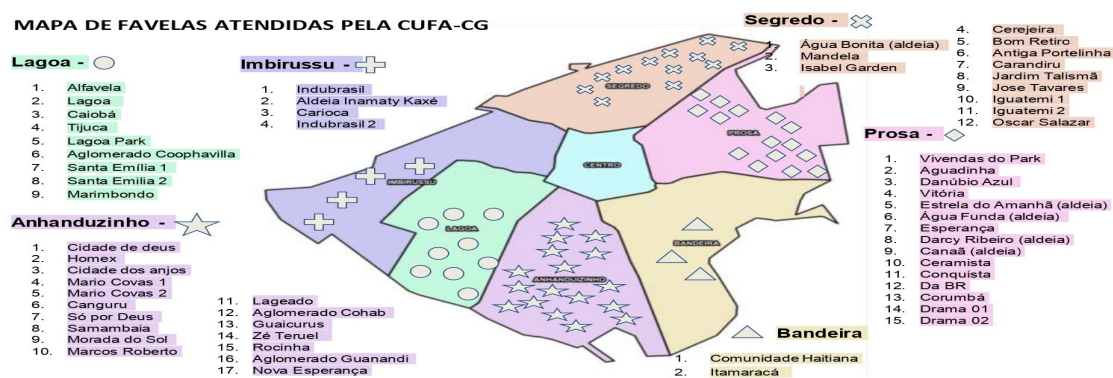


Fonte: CUFA Campo Grande - MS

O mapeamento das favelas do ano de 2021 contabilizou 28 favelas, aldeias urbanas e quilombos, compostos por 6743 famílias impactadas pela organização. A publicização destes dados na mídia gerou contestação do prefeito, à época, que respondeu à imprensa que Campo Grande não tinha favelas. (Correio do Estado, 2021)

Na sequência, algumas desocupações ocorreram, com a retirada de moradores de um local para realocamento em outro. No entanto, o mapeamento inédito de 2024 mostra que esse projeto apenas contribuiu para o aumento das favelas, ao invés da redução.

Mapa 2 – Mapa das favelas atendidas pela CUFA Campo Grande - MS, 2024



Fonte: CUFA Campo Grande - MS

O novo levantamento indicou 61 territórios mapeados compostos por 12.850 famílias, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – Territórios de favelas mapeadas

REGIÕES	FAVELAS	FAMÍLIAS
IMBIRUSSU	Indubrasil 1	40
	Indubrasil 2	Desconhecido
	Carioca	75
	Aldeia Inamaty Kaxé	168
Total	4	283
LAGOA	Alphavela	30
	Lagoa	50
	Caiobá	60
	Tijuca	90
	Lagoa Park	68
	Aglomerado Coopavilla	186
	Santa Emilia 1	30
	Santa Emilia 2	20
	Marimbondo	128
Total	9	662
ANHANDUIZINHO	Cidade de Deus	86
	Homex	7100
	Cidade dos Anjos	216
	Mário Covas 1	175
	Mário Covas 2	80
	Canguru	68
	Só por Deus	75
	Samambaia	525
	Morada do Sol	70
	Marcos Roberto	120
	Lageado	220
	Aglomerado Cohab	110
	Guaicurus	18
	Zé Teruel	47
	Rocinha	96
Aglomerado Guanandi	70	

	Nova Esperança	115
Total	17	9191
BANDEIRA	Comunidade Haitiana	75
	Itamaracá	55
	Buracão	70
Total	3	200
PROSA	Vivendas do Park	110
	Aguadinha	110
	Danúbio Azul	158
	Vitória	78
	Estrela do Amanhã (aldeia)	178
	Água Funda (aldeia)	92
	Esperança	96
	Darcy Ribeiro (aldeia)	245
	Canaã (aldeia)	175
	Ceramista (aldeia)	20
	Conquista	Desconhecido
	Corumbá	78
	Da BR	Desconhecido
	Drama 01	Desconhecido
	Drama 02	Desconhecido
Tota	15	1340
SEGREDO	Água Bonita (aldeia)	270
	Mandela	163
	Isabel Garden	50
	Cerejeira	12
	Bom Retiro	248
	Antiga Portelinha	78
	Carandiru	147
	Jardim Talismã	36
	José Tavares	17

	Iguatemi 01	15
	Iguatemi 02	27
	Oscar Salazar	15
Total	12	1078
ÁREA RURAL	Comunidade dos Pretos (quilombo)	96
Total	1	96
Total Geral	61	12850

Fonte: CUFA Campo Grande - MS

Destaco que essas são as comunidades atendidas pela CUFA CG/MS e é possível que haja mais territórios desconhecidos pela organização, mas que poderiam integrar este mapa. Um dos fatores que pode ter contribuído para o aumento no número de favelas são as desapropriações como as do Alphavela e Favela da Lagoa, que distribuíram as famílias em novas favelas, como Santa Emília 1 e 2, além da continuidade das favelas originais. A Favela do Mandela passou por um grande incêndio no final de 2023, o que levou ao desmembramento e formação das novas favelas: Jardim Talismã, José Tavares, Iguatemi 1 e 2 e Oscar Salazar, todas na região Segredo. Além disso, a partir deste estudo é possível perceber que o projeto de desfavelização centrado apenas na criação de infraestrutura urbana: loteamento, saneamento, energia elétrica e distribuição de kits de construção não atende às necessidades dessa população, uma vez que a cartografia do corpo-território indica a necessidade de escolas, creches, postos de saúde, espaços de convivência e geração de renda como programas para a melhoria da qualidade de vida dessa população.

Diante da inviabilidade do modelo de poder hegemônico olhar para a periferia e absorver as lideranças baseadas em cuidados, e da constatação da falta de interesse deste mesmo poder abrir brechas para a ascensão de mulheres periféricas aos espaços de tomada de decisão, destaco que um outro projeto de poder se faz necessário. Para Gago (2020, p. 129):

Ficou evidente que o regime de representação que nos foi imposto, que se sustenta de costas para a rua, não tem nada a ver com o modo feminista de fazer política e de fazer história. Mais ainda, ficou demonstrado que a política já está se fazendo em outros territórios, que tem força para produzir um espaço doméstico não patriarcal.

As mulheres da quebrada mostram o caminho para a imaginação de outros modos de fazer política e outros modos de poder.

6.A trama do território é viva

A construção desse campo de pesquisa revelou que o território é uma trama viva e por isso pede que novas conexões sejam feitas e outras fortalecidas. Destaco dois temas que atravessaram esta pesquisa e que deverão ter continuidade após o encerramento do mestrado no Programa em Desenvolvimento Local: o direito à cidade e a necessidade de construir um Núcleo Psicossocial para atuação nas favelas.

A atuação como psicóloga na política pública para mulheres me levou a realizar consultorias institucionais, em que atuei na implantação da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - IFMS e também na implantação do Protocolo Não é Não, lei 14.786/2023, em bares e restaurantes. No ano de 2024, realizei uma parceria com o bloco de carnaval feminista, Calcinha Molhada para o treinamento de 8 blocos de carnaval e 5 bares de Campo Grande - MS para implantação do Protocolo Não é Não. (Campo Grande News, 2024)

Outra ação do Bloco Calcinha Molhada, neste ano, foi a requalificação da Praça Aquidauana no centro da cidade, local onde o bloco se concentra nas festividades de pré-carnaval. O equipamento urbano que teve maior presença na fala das mulheres das favelas como necessidade foram os parquinhos. Marcílio et. al (2021) publicaram experiência de um estudo realizado com a comunidade do bairro Calabar na cidade de Salvador - BA em que o direito ao brincar por meio do uso da praça pública foi usado como estratégia de proteção contra violências urbanas.

O resultado foi a mudança de comportamento da população do entorno: a praça passou a ser mais ocupada pelas crianças, o bar que havia monopolizado o espaço, cedeu espaço e os adultos que antes eram resistentes ao uso das praças para brincadeiras, passaram a incentivar a presença das crianças ali.

Com isso, propus às integrantes do Bloco Calcinha Molhada uma parceria com a CUFA CG/MS para projetos de requalificação de praças e construção de parquinhos, o que deverá

render mais investigações em gênero, infância, território e racismo ambiental, conforme temos conversado.

O campo de pesquisa também se tornou campo de estágio para acadêmicos de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Estácio de Sá, que no ano de 2022 deram início às primeiras atividades do Núcleo Psicossocial da CUFA que deverá ser oficialmente lançado em 2024, para que mais profissionais e acadêmicos possam trabalhar de maneira transversal e multidisciplinar com a população periférica e das favelas. Gonçalves (2019, p. 154) inaugura o termo Psicologia Favelada como definição de um modo de fazer Psicologia que converge com os achados encontrados nesta investigação:

Percebemos que a Psicologia escreve sobre a comunidade em seu projeto comunitário, mas nada disse sobre a favela. E que, pela tese de Birman (2008), os sentidos construídos sobre a comunidade invisibilizam os processos históricos de violência e resistência presentes neste território. Portanto, para falar de uma *psicologia favelada* é preciso acionar outras fontes que discorram sobre o conceito de favela e, além disso, entender a potência deste termo para aqueles que residem neste espaço da cidade. Falar de comunidade significa não falar de favela. (...) No debate entre favela e comunidade, percebemos que a “comunidade” atende muito pouco à ideia de construção de uma perspectiva popular em psicologia, já que relativiza a existência comunitária, não considerando as diversas formas de opressão sofridas nas favelas - principalmente as opressões de classe e raça.

O compromisso estabelecido com esta pesquisa é o de reconhecer a materialidade das opressões de classe, gênero e raça vivenciadas pelos moradores de favela e também construir uma Psicologia que se proponha a reencantar corpos-território. Chaparro & Maciel (2016, p. 6) trazem a potente reflexão:

Para pensar talvez as disciplinas para além das disciplinas, como, para pensar a psicologia para além da psicologia, para pensar o desenvolvimento hegemônico e homogêneo para além do desenvolvimento, mas sim como potencialidade revolucionária e criadora. Não para levantar pastagens de soja, fórmulas de normalidades e edifícios, mas para levantar vidas. Vidas em carne viva. Por uma psicologia e corpo-território vivos e pulsantes.

7. Conclusão

A cartografia do corpo-território não deixa dúvidas de que para conhecer os sistemas de organização social alternativos e suas necessidades é preciso primeiro escutar as mulheres. Há muitos saberes ainda subestimados que são valiosos para pensar a cidade e os direitos humanos. Se as políticas públicas para mulheres quiserem ter êxito no combate às violências de gênero, por exemplo, devem voltar sua escuta para as mulheres de quebrada e reconhecer a

existência de favelas. Se os programas de desfavelização não quiserem incorrer no fracasso, devem fazer o mesmo.

A jornada de pesquisa, marcada pela atuação profissional, ativismo político e incursões artísticas, foi gradativamente revelando um campo de pesquisa, que pede que a Psicologia afirme a favela e ouse reencantar corpo-território.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo: a experiência vivida. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018

BOTTON, Andressa et. al. Sexo/Sexismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. Dicionário Crítico de Gênero. 2 ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019

BRASIL. Programa Mulher Viver Sem Violência. Decreto 8086/2013. 30 de agosto de 2013. Disponível em <https://legis.senado.leg.br/norma/593103/publicacao/15640127> Acesso em 15/01/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comunidade indígena ameaça com suicídio coletivo: comissão de direitos humanos da Câmara alerta Ministério da Justiça e FUNAI que promessa pode se concretizar, pois houve casos semelhantes com guarani-kaiowá <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/comunidade-indigena-ameaca-com-suicidio-coletivo>

CAMPO GRANDE. Dossiê Mulher Campo-Grandense 2024. Suplemento. 08 de março de 2024. DIOGRANDE. Diário Oficial de Campo Grande.

CAMPO GRANDE NEWS. Para lei ser respeitada, blocos terão treinamentos sobre “não é não”: o protocolo “Não é Não” foi criado para prevenir constrangimentos e violências contra a mulher. Diversão. <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/para-lei-ser-respeitada-blocos-terao-treinamento-sobre-nao-e-nao> Acesso em 20/03/2024

CORREIO DO ESTADO. Prefeito Marquinhos Trad afirma que Campo Grande não tem favelas: de acordo com o gestor, a capital tem áreas ocupadas que aguardam regularização. Cidade. Pobreza. 25/10/2021 <https://correiodoestado.com.br/cidades/campo-grande-nao-tem->

[favelas/392525/#:~:text=O%20prefeito%20Marquinhos%20Trad%20\(PSD,que%20vivem%20oembaixo%20de%20lonas.](https://www.youtube.com/watch?v=2wIxKRyuYIo) Acesso em 15/03/2024

COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. Ensino e Gênero: perspectivas transversais. Salvador: UFBA - NEIM, 2011

CHAPARRO, Yan Leite; MACIEL, Josemar de Campos. Um relato transcrito pelo sorriso: caminhar. Anais do II Seminário de Etnologia Guarani. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016

CUFA MS. Diário da Favela: lideranças femininas. Episódio 1

<https://www.youtube.com/watch?v=2wIxKRyuYIo>

CUFA MS. Diário da Favela: lideranças femininas. Episódio 2

<https://www.youtube.com/watch?v=2wIxKRyuYIo>

CUFA MS. Diário da Favela: lideranças femininas. Episódio 3

CUFA MS. Diário da Favela: lideranças femininas. Episódio 4.

https://www.youtube.com/watch?v=L3_vqiSmG74&t=85s

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995

GAGO, Verónica. A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020

GAVILAN, Carla. Mulheres da periferia são as que mais sofrem violência doméstica: mapeamento inédito da CUFA mostra que mulheres da periferia são as que mais sofrem violência doméstica em Campo Grande.

<https://cufams.wixsite.com/campogrande/post/mulheres-da-periferia-s%C3%A3o-as-que-mais-sofrem-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica> Acesso em 10/03/2024

GONÇALVES, Mariana Alves. Psicologia Favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia. Rio de Janeiro, Mórula, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Primavera Para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2020

Mapa de Femicídio - CUFA <https://cufams.wixsite.com/campogrande/post/mulheres-da-periferia-s%C3%A3o-as-que-mais-sofrem-viol%C3%Aancia-dom%C3%A9stica>

MARCILIO, Ana Olívia; MARCILIO, Maria Thereza. Direito ao brincar: a experiência da Avante em Comunidade de Salvador. In: LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela

Godinho. Cidade, gênero e infância. São Paulo: Romano Guerra: Pistache Editorial: Instituto Brasileira, 2021

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque. Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2020

SOUSA, Márcia Maria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Cartografia: Perspectivas metodológicas na pesquisa em educação. *Cadernos da Fucamp*, v.21, n.50, p.17-33/2022

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez Editora, 2005

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa passou por diferentes metodologias de pesquisa a fim de investigar a origem das favelas de Campo Grande - MS, mas também a origem da ideia de sua negação. Campo Grande é uma cidade com muitas favelas e nelas habitam mulheres e seus filhos. Mulheres e idosos, pessoas com deficiência, jovens e uma diversidade de pessoas cheias de potencialidades, mas que a sociedade hegemônica olha pela perspectiva da falta.

Aliás, o discurso de gestores municipais diverge muito do que foi coletado nas entrevistas e oficinas com as mulheres da quebrada. O que demonstrou a distância que existe nos planos oficiais de urbanização e as necessidades que as lideranças da periferia vivenciam em seu cotidiano. Enquanto o discurso do gestor público pretende domar a cidade, o discurso das mulheres das favelas revela a preocupação com o cuidado coletivo.

É inegável que esse cuidado é delimitado pela divisão sexual do trabalho, que longe de beneficiar as mulheres, na verdade, nos mantém em espaços restritos de atuação e com dificuldades de acessar espaços de poder. No entanto, autoras feministas negras e latino-americanas nos lembram que se por um lado esse modelo de organização social pretende nos aprisionar, por outro, as mulheres engajadas em lutas e experiências de coletividade, têm sido capazes de se organizar e encontrar frestas para imaginar e criar outras possibilidades de poder.

É nesse sentido que caminho e me coloco à serviço, para seguir este projeto político. Com esta postura afasto qualquer ideia de que a pesquisadora deva se distanciar e manter neutralidade de seu objeto de estudo. Estou implicada nisso. Enquanto psicóloga, meu próximo passo é estruturar um campo de atuação para a psicologia da favela que possibilite novas descobertas e interações, mas acima de tudo, que contribua para a melhoria da vida das pessoas que vivem nesses territórios.

APÊNDICES



Equipe do CONTE da Casa da Mulher Brasileira de CG/MS e o mapa de mulheres monitoradas pela CMB, agosto/2020



II Assembleia de Mulheres Terena na Aldeia Mãe Terra - Miranda/ MS, março/2020

Prefeito Marquinhos Trad afirma que Campo Grande não tem favelas

De acordo com o gestor, a capital tem áreas ocupadas que aguardam regularização

ALEX NANTES
25/10/2021 - 12h10

Nos siga no [Google News](#) [Compartilhar](#)

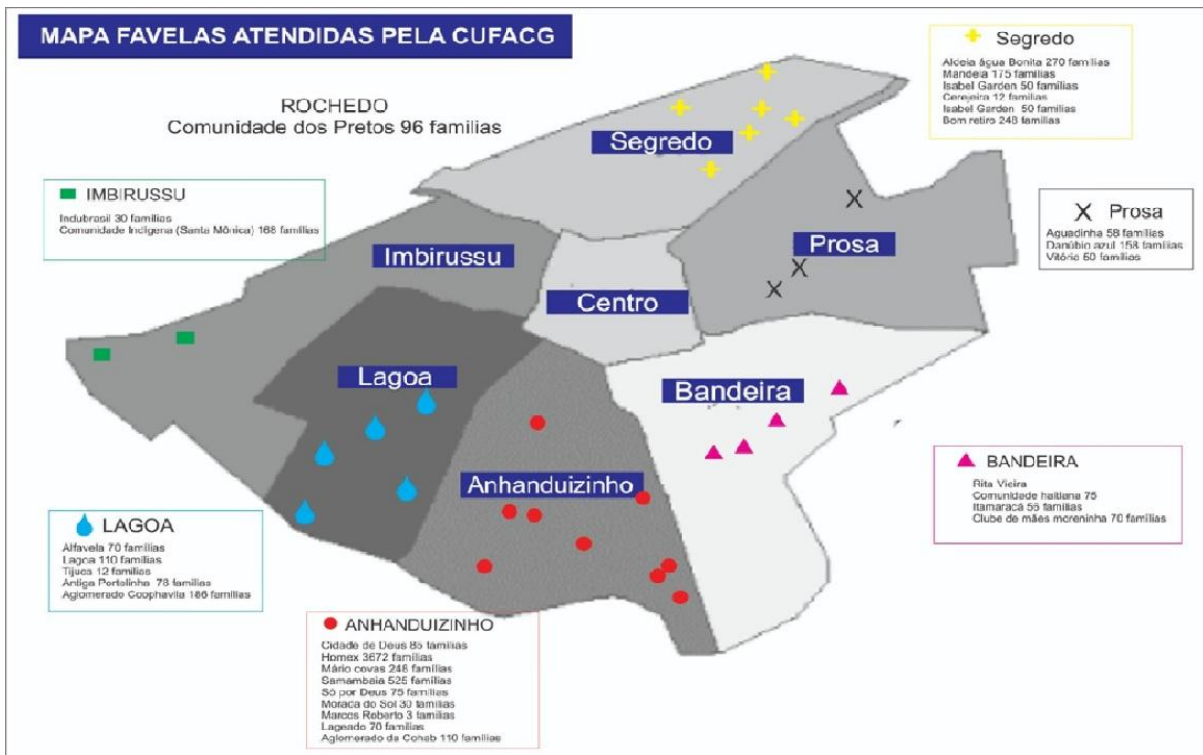


MAIS LIDAS



CALOR EXTREMO / 2 DIAS
Projeção indica que calor será ainda mais extremo no verão em Mato Grosso do Sul

(Fonte: Correio do Estado, 2021)



(Mapa de Favela produzido pela Central Única das Favelas de Campo Grande - MS, 2021)



(Letícia Polidório, coordenadora da CUFA Campo Grande - MS e Livia Lopes, coordenadora da CUFA MS)



(Pesquisa ação com mulheres do Jardim Noroeste)

